



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso de Licenciatura em Sociologia

Trabalho de fim do curso

Tema:

Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: *Um estudo sobre as Dinâmicas Internas e Desafios na implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Boane, 2015-2024*

Autora: Riana Da Lúvia Massango.

Supervisor: Orlando Nipassa, PhD.

Maputo, Setembro de 2025.



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Curso: Licenciatura em Sociologia

Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: *Um estudo sobre as Dinâmicas Internas e Desafios na implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Boane, 2015-2024*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

A Candidata:

Riana Da Lúvia Massango

O Júri:

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, aos ____ de _____ 2025

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	vii
DEDICATÒRIA	viii
AGRADECIMENTOS	ix
EPÍGRAFE	x
SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	6
DA REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMÁTICA	6
(i) Ajuda externa como forma de salvação	6
(ii) Ajuda externa como forma de subjugação	8
(iii) Ajuda externa como desenvolvimento alternativo	9
1.1. Problema de pesquisa	11
1.2. Pergunta de partida.....	12
1.3. Hipótese.....	12
CAPÍTULO II	13
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	13
2.1. Teoria da dependência.....	13
2.2. Teoria do desenvolvimento endógeno.....	14
2.3. Definição de conceitos	16
2.3.1. Ajuda externa.....	16
2.3.2. Desenvolvimento	17

2.3.4. Dependência	18
CAPÍTULO III.....	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.1. Tipo de estudo	20
3.2. Método de estudo	20
3.3. Técnicas de recolha de dados	21
3.4. Técnica de análise de dados	21
3.5. População	22
3.5.1. Amostra.....	22
3.5.2. Critérios de escolha dos participantes.....	23
3.6. Questões éticas	23
3.7. Constrangimentos e formas de superação	24
CAPÍTULO IV.....	25
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	25
4.1. Principais projectos do PEDD no distrito de Boane	25
4.2. Perfil socio-demográfico dos entrevistados	27
4.3. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD	27
4.3.1. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD na perspectiva dos implementadores.	27
4.3.1.1. O papel das diferentes instituições na implementação do PEDD: entre a coordenação governamental e a dependência das ONGs.....	28
4.3.1.2. Mecanismos de participação comunitária nas decisões e execução do PEDD: entre representação formal e efectiva inclusão da população	29
4.3.1.3. Grau de influência da população local no desenvolvimento e execução das estratégias do PEDD: da participação consultiva à protagonismo local	31

4.4. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD na perspectiva dos beneficiários	33
4.4.1. Comunicação e acesso à informação sobre o PEDD: da informalidade à limitação da participação comunitária	33
4.4.2. Participação comunitária nos processos de decisão e execução do PEDD: entre consultas pontuais e protagonismo limitado	35
4.4.3. Experiências locais na implementação das acções do PEDD: entre melhorias concretas e exclusão territorial	36
4.5. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade	38
4.5.1. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade na perspectiva dos implementadores	38
4.5.1.1. Acções efectivamente implementadas: progressos visíveis e transformações nas áreas sociais e infraestruturais	39
4.5.1.2. Diferença entre o planificado e o executado: entre o ideal e o possível	40
4.5.1.3. Impactos das acções implementadas: melhoria da qualidade de vida	41
4.5.1.4. Indicadores de avaliação e mecanismos de monitoria: entre o formalismo e os resultados concretos	43
4.6. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade na perspectiva dos beneficiários	46
4.6.1. Avaliação geral da eficácia e dos impactos do PEDD: percepções de progresso e desigualdades locais	46
4.6.2. Percepções populares sobre o PEDD: benefícios visíveis e frustrações silenciadas..	48
4.6.3. Distância entre as promessas do plano e a sua concretização na prática.....	49
4.7. Desafios na implementação do PEDD no distrito de Boane	53
4.7.1.1. Desafios institucionais e operacionais	54
4.7.1.2. Barreiras específicas e a relação com parceiros na implementação do PEDD	55
4.7.1.3. Medidas de superação de obstáculos na implementação do PEDD.....	57

4.8. Desafios percebidos pelos beneficiários na Implementação do PEDD.....	59
4.8.1. Fragilidades estruturais e barreiras sociais	60
4.8.2. Dificuldades na execução do PEDD que impedem o sucesso do distrito: entre a falta de recursos e fragilidades de gestão	62
4.8.3. Medidas para melhorar a implementação do PEDD e o seu impacto na comunidade	64
Considerações finais	67
Referências bibliográficas.....	69
Anexos	72
Guião de entrevista	72
Termo de consentimento informado	75

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Riana Da Lúvia Massango, declaro que este trabalho é resultado de investigação pessoal, com conteúdo original, cujas fontes consultadas estão devidamente citadas ao longo do texto e constam na referência bibliográfica. Este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, Setembro de 2025

(Riana Da Lúvia Massango)

DEDICATÒRIA

Aos meus pais, Adriano Alberto Massango (em memória) e Florência Fabião Nhampulo. Aos meus queridos irmãos, Nívia Adriano Massango e Warson Adriano Massango, esta conquista também é vossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ser a fonte da minha vida, a minha força, esperança, inspiração e por ter-me sustentado em cada passo desta caminhada, sobretudo nos momentos mais desafiadores.

Aos docentes do Departamento de Sociologia, expresso a minha mais profunda gratidão pelos saberes transmitidos, pelas provocações intelectuais e pela orientação crítica. Em particular, ao meu supervisor Professor Orlando Nipassa (PhD), pelo acompanhamento atento e pelo valioso contributo à elaboração desta monografia. Agradeço igualmente ao Dr. Baltazar Muianga (PhD), Dr. Joaquim Nhampoca (PhD), Mestre João Colaço, Mestre Bernardo Manhique e Mestre Danúbio Lilhahe (em memória) pelos exemplos, inspirações e ensinamentos ao longo da minha formação.

À minha família, meu alicerce, meus pais Adriano Alberto Massango (em memória) e Florência Fabião Nhampulo, meus irmãos Nívia Adriano Massango e Warson Adriano Massango, meu tio Hedílio Nhampulo pela dedicação incondicional, amor, incentivo constante e pelo apoio firme durante toda a minha formação.

Ao meu parceiro, Domingos Nhamposse, pela dedicação incansável, presença constante e apoio incondicional durante a fase da monografia e em todos os momentos importantes da minha vida. Um agradecimento igualmente caloroso aos meus amigos Vuyeya Mhula, Clotilde Naiene, Yone Marrengule e Dionísio Frederico, pelo companheirismo, amizade verdadeira e suporte emocional.

Aos colegas de percurso académico, agradeço pelas trocas de saberes e pela partilha de momentos que enriqueceram esta jornada, de modo especial a Onézio Teles, Vicente Langa, Faquir Assane, Elzo Leão e Valério Muchate, pelo apoio, convivência e espírito de amizade. Às amigas que se tornaram irmãs ao longo do caminho, Arminda Moçambique e Djen Macamo, minha eterna gratidão por cada momento, gesto de apoio e carinho, por estarem comigo em todos momentos da minha vida e por tornarem esta caminhada mais leve e alegre mesmo diante das adversidades.

Agradeço à Secretaria Distrital de Boane, pelo apoio prestado, especialmente a todos os que concederam entrevistas, e aos residentes do distrito pela colaboração e contributo valioso para a realização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

“O verdadeiro desenvolvimento não se impõe de fora para dentro, ele nasce da consciência, da participação e da autonomia dos povos.”

Amílcar Cabral

SIGLAS

AOD-Assistência Oficial ao Desenvolvimento

APD-Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BM-Banco Mundial

CAD-Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

FMI-Fundo Monetário Internacional

EUA – Estados Unidos da América

IDE-Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDE – Memorando de Entendimento

MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento

OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONGs – Organizações não Governamentais

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAE-Programa de Ajustamento Estrutural

PIB-Produto Interno Bruto

PEDD-Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento

PNB-Produto Nacional Bruto

PVD's-Países em vias de desenvolvimento

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

RESUMO

A presente monografia, intitulada *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Um Estudo sobre as Dinâmicas Internas e Desafios na Implementação do PEDD no Distrito de Boane (2015–2024)*, analisa a influência da ajuda externa na promoção do desenvolvimento local, com foco na implementação do PEDD no distrito de Boane. A pesquisa teve como objectivo geral analisar a correspondência entre o que foi planificado no PEDD e o que efectivamente foi implementado, considerando as dinâmicas internas, as acções implementadas e os principais desafios enfrentados no contexto local. Para compreender esta realidade, foi realizada uma triangulação teórica entre a Teoria da Dependência (Cardoso e Falleto, 2010), que evidencia as limitações impostas por agendas externas, e a Teoria do Desenvolvimento Endógeno (Barquero, 2002), que defende o fortalecimento das capacidades locais e da cidadania activa como pilares do desenvolvimento. Metodologicamente, a investigação seguiu uma abordagem qualitativa, com recurso ao estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas com implementadores e beneficiários do plano. A análise dos dados foi feita com base na técnica de análise de conteúdo. A implementação do PEDD no distrito de Boane não alcança plenamente os objectivos inicialmente estabelecidos, revelando limitações na apropriação local, baixa participação comunitária e forte dependência de actores externos. Os resultados sugerem a necessidade de estratégias mais integradas, que valorizem o protagonismo local no processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: *Ajuda externa, Desenvolvimento, Dependência, Dinâmicas internas, PEDD.*

ABSTRACT

This monograph, entitled “*Foreign Aid and Development in Mozambique: A Study on the Internal Dynamics and Challenges in the Implementation of the District Strategic Development Plan (PEDD) in Boane District (2015–2024)*”, analyzes the influence of foreign aid on local development, focusing on the implementation of the PEDD in Boane district. The main objective of the research was to assess the correspondence between what was planned and what was effectively implemented, considering internal dynamics, implemented actions, and the main challenges encountered locally. To understand this reality, a theoretical triangulation was carried out between the Dependency Theory (Cardoso and Falleto, 2010), which highlights the limitations imposed by external agendas (Barquero, 2002) Endogenous Development Theory, which emphasizes the strengthening of local capacities and active citizenship as pillars of development. Methodologically, the study followed a qualitative approach through a case study, using semi-structured interviews with implementers and beneficiaries of the plan. Data analysis was based on content analysis. The implementation of the PEDD in Boane district did not fully achieve its initial objectives, revealing weaknesses in local ownership, low community participation, and a strong dependency on external actors. The results suggest the need for more integrated strategies that prioritize local protagonism in the development process.

Keywords: *Foreign aid, Development, Internal dynamics, PEDD, Dependency.*

INTRODUÇÃO

Moçambique tem sido um dos principais receptores de assistência internacional desde a sua independência (1975), com objectivo de impulsionar o crescimento económico, melhorar os indicadores de saúde, educação e reduzir a pobreza (Dias, 2013). No entanto, os impactos dessa ajuda são temas de debates contínuos, reflectindo a complexidade da interacção entre os esforços de desenvolvimento e os desafios enfrentados pelo país.

Segundo UNM (2022), Moçambique possui uma das taxas de frequência escolar mais baixas do mundo, com quase dois milhões de crianças em idade escolar primária a não frequentarem a escola. A taxa de analfabetismo é ainda muito elevada, afectando 39% da população adulta (49,4% mulheres). A desnutrição, manteve-se praticamente inalterada desde 2011, com uma prevalência de 43% entre as crianças com menos de 5 anos, enquanto a anemia afecta 54% das mulheres e 64% das crianças. A crise em Cabo Delgado, iniciada em 2017 agravou ainda mais a pobreza, a insegurança alimentar e as necessidades humanitárias, consequentemente, o país tem um IDH (0,461). Com base nesses dados, é possível verificar que, apesar de décadas de apoio internacional, os desafios estruturais ainda persistem, como as baixas taxas de frequência escolar, a pobreza e a insegurança alimentar.

Moçambique é dependente da ajuda internacional de forma multidimensional, estrutural e dinâmica, nomeadamente, no tocante às finanças, escolhas políticas, construção institucional, cultura de serviços cívicos, organizações da sociedade civil, mesmo no tocante ao desenvolvimento e dinâmicas das instituições políticas e da economia (Castelo-Branco, 2011). Essa dependência acaba por influenciar directamente na implementação das acções, e ao mesmo tempo condiciona o ritmo do desenvolvimento do país.

A motivação para este estudo surge da necessidade de se reflectir as dinâmicas internas, estratégias implementadas e desafios enfrentados na luta contra a pobreza em Moçambique, com foco específico no distrito de Boane. Dada a escassez de estudos sobre esta realidade local, este trabalho procura contribuir para o enriquecimento do conhecimento, ampliando o debate académico em torno das questões sobre o desenvolvimento do país.

A pesquisa teve como *objectivo geral* analisar a correspondência entre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital¹ em Boane e a efectivação dos objectivos traçados no período de 2015- 2024. Para o alcance deste objectivo, foram definidos três *objectivos específicos*, nomeadamente: descrever as dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD; verificar a adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da população; e identificar os principais desafios enfrentados no processo de implementação do PEDD.

Do ponto de vista teórico, a investigação foi orientada por uma triangulação entre a Teoria da Dependência, (Falleto e Cardoso, 2010) e a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, (Barquero, 2002). Duas perspectivas que, embora distintas, se complementam na análise das políticas de desenvolvimento. A Teoria da Dependência contribuiu para problematizar as relações assimétricas entre os países do centro e da periferia, enfatizando como a ajuda externa, mesmo quando destinada ao desenvolvimento, pode reproduzir vínculos de subordinação e aprofundar desigualdades estruturais. Por outro lado, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno trouxe elementos para compreender a importância da mobilização de recursos locais, da participação activa das comunidades e da valorização do conhecimento territorial como caminhos para a construção de um desenvolvimento mais sustentável, autónomo e enraizado nas dinâmicas locais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa, que se mostrou adequada para captar as percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos diferentes actores envolvidos na implementação do PEDD. A investigação utilizou o método de estudo de caso no distrito de Boane e recorreu à técnica de entrevistas semi-estruturadas para a recolha dos dados. Os participantes foram seleccionados com base em uma amostragem não probabilística por

¹ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Boane (2015-2024) é um instrumento que busca conjugar elementos que concorrem para a redução da pobreza nos seus níveis actuais, ou seja, a melhoria gradual das condições de vida, trabalho e bem-estar das pessoas que vivem no Distrito de Boane. Neste sentido, o PEDD 2015-2024 aborda a pobreza como uma questão multidimensional e configura as acções estratégicas de desenvolvimento de forma multisectorial. Estabelece um detalhado e sério diagnóstico do desenvolvimento económico e social do Distrito e apresenta uma carteira de projectos, que constitui um instrumento de acção, inspiração e mobilização de todos os actores empenhados na batalha pelo desenvolvimento socio-económico e cultural do Distrito. A Carteira de Projectos estrutura de forma integrada, abrangente e equilibrada a estratégia de desenvolvimento, procurando que a planificação e as políticas sectoriais sejam consistentes na transformação económica e social (Governo do distrito de Boane, 2016).

intencionalidade, levando em conta sua relação directa com o processo de implementação do plano. Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a qual permitiu identificar categorias relevantes, padrões de significação e contradições nos discursos dos entrevistados, o que contribuiu para uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais do desenvolvimento.

O estudo está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado *Revisão da Literatura*, oferece uma análise abrangente dos estudos existentes sobre o tema, explorando teorias, descobertas e debates relevantes. Esta revisão estabelece as bases para a formulação do problema de pesquisa e a pergunta central. No segundo capítulo, *Quadro teórico-conceitual*, são discutidos os conceitos-chave, modelos teóricos e perspectivas que orientam a análise e interpretação dos dados colectados, o terceiro capítulo, *Procedimentos metodológicos*, descreve os métodos e técnicas que são utilizados na colecta e análise dos dados, incluindo o desenho da pesquisa, a população e amostra, os instrumentos de colecta de dados, os procedimentos de análise e as considerações éticas envolvidas na pesquisa. Por fim, procede-se à *Análise e discussão dos dados*, onde os dados são analisados à luz das perspectivas teóricas que sustentam o estudo.

O estudo sobre ajuda externa e desenvolvimento no distrito de Boane, com foco nas dinâmicas internas e desafios na implementação do Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento de Boane (2015-2024), é crucial para compreender como as políticas de desenvolvimento local se desenrolam em um contexto caracterizado por uma crescente dependência da ajuda externa. Ela possibilita uma análise aprofundada das dinâmicas internas do distrito, o que ajuda a identificar factores que influenciam o alcance dos objectivos e os desafios enfrentados.

A nível pessoal, a escolha deste tema relaciona-se com o interesse em análises macro-sociológicas, consolidado ao longo da minha formação, período em que desenvolvi trabalhos alinhados a essa perspectiva. Foi nesse percurso que surgiu o presente tema, porém, a motivação principal advém da constatação de que não se registraram melhorias significativas, sobretudo na qualidade de vida da população, por mais que Moçambique estivesse a receber a ajuda externa por vários anos.

No que diz respeito a relevância académica, o estudo acrescenta valor à literatura existente ao explorar a intersecção entre ajuda externa, planeamento estratégico e desenvolvimento local, oferecendo perspectivas que enriquecem o debate teórico e fornecem dados empíricos relevantes

para futuras investigações. Socialmente, este estudo tem relevância ao ampliar a compreensão das dinâmicas locais relacionadas com a implementação dos planos de desenvolvimento, o que oferece uma visão mais clara sobre a interação entre a ajuda externa e protagonismo local. Tal compreensão pode ser útil para futuras análises, intervenções e debates sobre a eficácia das políticas implementadas em contextos similares.

DELIMITAÇÃO

Neste trabalho, analisa-se correspondência entre a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital em Boane e a efectivação dos objectivos traçados no período de 2015-2024. O estudo busca compreender como a assistência externa é integrada nas dinâmicas internas do distrito, examinando como ela afecta o desenvolvimento socio-económico local. Foca-se nas interações entre as comunidades locais e as instituições responsáveis pela implementação do PEDD, bem como nos resultados e desafios relacionados ao uso dessa ajuda para promover o desenvolvimento local. São analisadas as percepções das comunidades, os mecanismos de distribuição de recursos, e as estratégias adoptadas para o alcance dos objectivos do plano.

A escolha de Boane como área de estudo é justificada por seu contexto socio-económico representativo de muitos distritos em desenvolvimento em Moçambique. Boane recebe diferentes formas de ajuda externa, principalmente nos programas de extensão agrícola, o que proporciona uma oportunidade para analisar a diversidade de mecanismos e impactos dessa assistência (Rosário *et al*, 2021).

O período de 2015-2024 foi escolhido como universo temporal, pois marca a implementação do Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento de Boane, com metas voltadas para a redução da pobreza e o desenvolvimento socio-económico local. A análise desse período permite uma avaliação abrangente sobre como a ajuda externa influenciou as estratégias de desenvolvimento do distrito e os resultados alcançados ao longo da vigência do plano.

CAPÍTULO I

DA REVISÃO DE LITERATURA À PROBLEMÁTICA

Na presente secção são apresentadas as abordagens discutidas sobre a ajuda externa em Moçambique na perspectiva de vários autores, estando agrupadas da seguinte forma (i) Ajuda externa como forma de salvação, (ii) Ajuda externa como forma de subjugação e (iii) Ajuda externa como desenvolvimento alternativo.

(i) Ajuda externa como forma de salvação

Nesta secção, os autores defendem que a ajuda externa desempenha um papel crucial no desenvolvimento de Moçambique, sendo indispensável para a construção do Estado e para a manutenção da estabilidade económica do país. Fazem parte desta perspectiva os seguintes autores: Diaz (2018); Flack (2021); Nhaúgo e Duque (2023) e Paul Collier (2009) apud Mateo (2017).

Após a independência e a consolidação do regime socialista, o país atraiu uma série de actores internacionais, motivados ideologicamente ou não, que se tornaram colaboradores no processo de construção do estado moçambicano. A cooperação internacional ocupa um lugar central, tanto para o governo de Moçambique, como para os actores internacionais. Essa centralidade decorre da história do país, do papel da cooperação na sobrevivência de Moçambique ao longo de quatro décadas (Diaz, 2018).

O grande afluxo da ajuda externa foi um dos factores mais relevantes para a estabilidade cambial do país durante a década de 1990. Caso esse fluxo tivesse cessado, seria provável uma imediata depreciação da taxa de câmbio. A contribuição da ajuda externa para essa estabilidade ocorreu por diferentes vias. Em primeiro lugar, gerou procura pelo metical. Em segundo lugar, por meio das condicionalidades e do apoio financeiro, permitiu ao governo e ao Banco de Moçambique sustentar uma política económica contraccionista. Em terceiro lugar, a continuidade da ajuda transmitiu confiança aos investidores estrangeiros, funcionando como sinal de que a economia moçambicana seguia uma trajectória positiva. Consequentemente, pode-se afirmar que a taxa de câmbio real em Moçambique está hoje mais apreciada do que estaria na ausência da ajuda externa (Flack, 2021, p.28).

Segundo Nhaúgo e Duque (2023), a eficácia da diplomacia multilateral na promoção do desenvolvimento de Moçambique é evidente pela actuação destacada de parceiros multilaterais, incluindo as Nações Unidas, a União Europeia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Estas entidades têm sido cruciais no apoio aos esforços do governo moçambicano para superar o subdesenvolvimento. Graças à diplomacia multilateral, Moçambique registou avanços significativos nos sectores de educação, saúde, agricultura e justiça, beneficiando de investimentos significativos em infra-estruturas de saúde e educação, além da melhoria na prestação de serviços sociais e desenvolvimento socioeconómico.

Segundo Paul Collier (2009) apud Mateo (2017), nos últimos trinta anos, a ajuda para o desenvolvimento conseguiu acelerar o crescimento do PIB numa taxa de 1% por ano entre os países mais pobres (em sua maioria africanos). A evidência é especialmente relevante ao considerar que, neste mesmo período, os países mais pobres do globo (justamente onde o crescimento demográfico é constante) apresentaram taxa agregada de crescimento do PIB per capita igual a zero, ou seja, na ausência da ajuda, o bilhão de pessoas que vivem na pobreza extrema, que o autor chama de *bottom billion*, teria um decréscimo gradual de sua renda a cada ano.

Os autores desta perspectiva argumentam que a ajuda externa tem sido essencial para a construção do estado moçambicano, proporcionando não apenas a estabilidade económica, mas também fomentando progresso em áreas sociais críticas. Ademais, ressaltam que o país enfrentaria sérios desafios sem a assistência internacional, como a desvalorização da moeda e o agravamento da pobreza. Estes ainda afirmam que a diplomacia multilateral desempenhou um papel crucial ao coordenar esforços para a implementação de projectos de desenvolvimento e promoção da segurança humana, especialmente nas áreas de educação, saúde e infra-estruturas. Além disso, acrescentam que a continuidade da ajuda externa tem um efeito multiplicador, pois não apenas estabiliza a economia, mas também incentiva investimentos estrangeiros, garantindo confiança na capacidade do país de se desenvolver.

(ii) Ajuda externa como forma de subjugação

Nesta secção, os autores defendem que a ajuda externa, ao invés de gerar impactos positivos como o desenvolvimento, acaba por colocar os países receptores em situação de comodidade e dependência, não criando esforços para desenvolver e alcançar sua autonomia. Fazem parte desta perspectiva os seguintes autores: Fontes (2022); Mabucanhane (2018) e Manjate (2011).

No caso de Moçambique, ainda que a ajuda externa tenha contribuído para a estabilização económica e a transição para democracia nos primórdios da década de 1990, as condicionalidades políticas promovidas pelos doadores reduziram a autonomia e a capacidade do governo moçambicano de controlar a agenda da política interna (*Ownership*). Isso verifica-se porque a dependência da ajuda externa tem limitado a capacidade do estado de colectar impostos, o que reduziu a pressão interna para o *accountability* e fragilizou as instituições, que são condições necessárias para a boa governança (Fontes, 2022).

Segundo Manjate (2011), a ajuda externa pode conduzir o país receptor a uma situação de dependência e ociosidade em relação aos doadores. No caso de Moçambique em particular, a influência de doadores na definição da agenda da política nacional é inevitavelmente grande e está ligada a elevada dependência em relação à ajuda externa. Esta elevada dependência significa que o processo de orçamento envolve essencialmente dois actores, o Governo e os doadores estrangeiros, sendo o maior o grau de prestação de contas do executivo ao doador em relação aos beneficiários e a sociedade moçambicana, em geral.

Segundo Mabucanhane (2018), apesar da dolarização bilionária de Moçambique, sobretudo nos países ocidentais, tal facto não foi capaz de retirar o país da penúria e da dependência externa, mas sim garantiu os direitos de sobrevivência da população. Evidências empíricas deste argumento estão ancoradas na persistência da pobreza absoluta, na incapacidade do Estado de realizar suas funções sem ajuda externa, como consequência do frágil ambiente e incapacidade institucional, bem como no facto de se verificar que a transição de crescimento económico para desenvolvimento não ocorreu.

Os autores desta perspectiva argumentam que a ajuda externa, em vez de promover o desenvolvimento em Moçambique, acabou por perpetuar a dependência económica e enfraquecer as instituições do país. Os autores sugerem que, embora tenha havido algum progresso económico

inicial, a ajuda externa não conseguiu gerar um impacto significativo nos indicadores de desenvolvimento social, como a redução da pobreza e a melhoria da governança. A imposição de condicionalidades pelos doadores limitou a autonomia política de Moçambique, o que comprometeu a capacidade do governo de definir a sua própria agenda e enfraqueceu as instituições locais. O resultado, conforme os autores apontam, foi um ciclo de dependência que não apenas comprometeu a soberania do país, mas também impediu a implementação de reformas estruturais essenciais para o desenvolvimento a longo prazo. Em suma, a ajuda externa é vista por esses autores como uma ferramenta de subjugação que garantiu a sobrevivência imediata, mas comprometeu o empoderamento económico, a autonomia política e a capacidade de Moçambique se desenvolver de maneira sustentável e independente.

(iii) Ajuda externa como desenvolvimento alternativo

Nesta secção, os autores defendem que a ajuda externa, juntamente com investimentos como megaprojectos e investimentos estrangeiros directos, não é suficiente para promover o desenvolvimento em Moçambique. Segundo eles, é necessário que a intervenção não se limite apenas à ajuda financeira, mas que considere factores importantes na sua aplicabilidade, como o caso das interacções entre os doadores e receptores. Fazem parte dessa perspectiva os seguintes autores: Baloi (2018); Machaieie (2012) e Moyo (2009) apud Fontes (2022).

Segundo Baloi (2018), Moçambique nunca conseguirá reduzir a pobreza de forma significativa se de facto continuar a esperar apenas da ajuda externa. Embora inicialmente se acreditasse que esta poderia ser uma alternativa para superar o subdesenvolvimento, a experiência mostrou que, por si só, a ajuda externa não foi suficiente para gerar mudanças estruturais na economia. As opções económicas implementadas não foram capazes de superar os constrangimentos nacionais, muito menos de impedir que sucessivas crises de desenvolvimento se agravassem. Por outro lado, investimentos em megaprojectos, como explorações de areias pesadas e carvão, oferecem uma oportunidade de desenvolvimento alternativo, o que aumenta a capacidade interna de poupança e melhora as condições de vida da população, reduzindo a dependência de recursos externos.

Embora existam esforços das organizações governamentais e não-governamentais para erradicar a pobreza e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis, existem vários factores que condicionam este processo, impedindo que os resultados pretendidos sejam alcançados na totalidade. Por esta razão, torna-se necessário considerar, como factor determinante, as relações que se estabelecem no contexto da ajuda externa entre os intermediários do processo e os beneficiários pretendidos (Machaieie, 2012).

Nipassa (2016) defende que, embora muitas organizações da sociedade civil moçambicana dependam da ajuda externa para sua sustentabilidade, essa ajuda pode ser utilizada de maneira estratégica para promover um desenvolvimento. O autor argumenta que a dependência da ajuda externa não implica em uma perda total de autonomia das organizações, mas sim em uma forma de negociação e articulação de interesses. Apesar das organizações implementarem as directrizes dos financiadores internacionais, isso não significa perder sua capacidade de acção autónoma, pois essas decisões são tomadas dentro de um processo dinâmico de poder e negociação. Neste sentido, a ajuda externa pode ser vista como uma oportunidade de fortalecimento da sociedade civil, permitindo-lhe articular suas próprias agendas e alcançar seus objectivos no processo de desenvolvimento humano.

Moyo (2009) apud Fontes (2022) apresenta uma visão alternativa para o desenvolvimento e a redução da pobreza em África, que não depende da Ajuda externa, denominada *Dead aid*². Esta abordagem propõe que a redução gradual da dependência da ajuda externa deve ser acompanhada pelo fortalecimento das instituições e financiamento alternativo, através do comércio e investimento estrangeiro. O ponto central desta proposta é o *accountability*, em que os governantes são responsabilizados pelo incumprimento das suas obrigações de transparência na governação e fornecer bens públicos.

Os autores desta perspectiva argumentam que, embora a ajuda externa tenha sido inicialmente vistos como motores para o desenvolvimento do país, seu impacto depende da forma como são integrados às políticas internas do país. Os autores sugerem que essa ajuda pode promover

² Dead aid é um conceito cunhado pela economista Dambisa Moyo, título do seu livro que significa Ajuda morta, onde afirma que o continente africano só vai encontrar o desenvolvimento económico quando os países ricos pararem de tentar ajudar. Disponível online em www.researchgate.net

desenvolvimento se for combinada com o fortalecimento das capacidades internas, reduzindo a dependência e promovendo maior autonomia económica e institucional.

1.1.Problema de pesquisa

Moçambique enfrenta uma realidade económica e social complexa, tornando a ajuda externa um tema crucial. Duas perspectivas dominantes sobre ajuda externa são frequentemente debatidas. A primeira defende a ajuda externa como condição sem a qual os países subdesenvolvidos não podem alcançar o desenvolvimento. E a segunda, como um instrumento de dependência e subserviência. Assim, nota-se que ambas perspectivas são simplistas, excludentes e incorrem a um reducionismo na medida em que ignoram a complexidade dos contextos específicos em que ajuda externa é recebida e implementada.

Não obstante a predominância de perspectivas simplistas, há autores que defendem uma abordagem mais abrangente, destacando a necessidade de considerar factores adicionais, como a diversificação da economia e fortalecimento das relações entre doadores e receptores. Neste sentido, tendo como base de estudo o Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento (PEDD) 2015-2024, que busca promover o desenvolvimento socio-económico e erradicar a pobreza através de uma série de estratégias e acções, o problema de pesquisa decorre da recorrente ineficácia observada na aplicação da ajuda externa em países em desenvolvimento.

Embora os recursos e estratégias sejam mobilizados com o intuito de promover transformações significativas, os resultados práticos muitas vezes ficam distante das expectativas iniciais e isso gera um paradoxo, pois a ajuda externa que é normalmente concedida com o propósito de promover o desenvolvimento, muitas vezes acaba por perpetuar a subserviência, evidenciando um descompasso entre os objectivos estabelecidos e as transformações efectivas. Assim, este estudo busca analisar o caso de Boane para verificar se a implementação do PEDD segue o padrão de inefectividade comum a muitos contextos, em que o desenvolvimento não se concretiza conforme o planeado ou se há particularidades locais que o tornam um exemplo excepcional de implementação efectiva.

1.2.Pergunta de partida

Até que ponto a implementação do PEDD (2015-2024) no distrito de Boane reflecte a efectivação dos objectivos traçados?

1.3.Hipótese

A implementação do PEDD no distrito de Boane, não alcança plenamente os objectivos estabelecidos devido a desafios contextuais comuns em países em desenvolvimento, tais como limitações financeiras, fraca participação comunitária e dependência de apoio externo.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A análise da ajuda externa e do desenvolvimento no contexto do distrito de Boane é sustentada por uma triangulação teórica que integra a *Teoria da Dependência* e a *Teoria do Desenvolvimento Endógeno*. A intenção é construir uma abordagem que reconheça tanto os factores de subordinação global quanto as potencialidades locais de desenvolvimento.

2.1. Teoria da dependência

A Teoria da dependência surgiu nas diversas correntes do quadro histórico latino-americano a partir da crise verificada nas teorias desenvolvimentistas e como resposta às análises que viam no processo de desenvolvimento da economia latino-americana a possibilidade de se construir na região um capitalismo autónomo a partir de um *continuum evolutivo*, tendo surgido com autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, pertencentes a visão Weberiana da dependência e Ruy Mauro Marini, pertencente a visão Marxista (Duarte; Graciolli, n.d)

A teoria da dependência, de Cardoso e Falleto (2010), aborda as relações desiguais entre as economias periféricas e centrais no sistema capitalista global, onde destaca como essas relações estruturam e condicionam o subdesenvolvimento. Para os autores, a dependência não é apenas económica, mas envolve também dinâmicas políticas e sociais que se desenvolvem historicamente a partir da expansão do capitalismo. Essa condição resulta da inserção subordinada das economias periféricas no mercado mundial, em que decisões sobre a produção e consumo são frequentemente controladas pelos interesses das economias centrais.

Neste sentido, Cardoso e Falleto (2010) entendem a teoria da dependência como uma relação estrutural e histórica que se estabelece entre os países periféricos e centrais no sistema global. Nessa relação, observa-se uma interdependência assimétrica, em que o progresso económico, político e social das nações centrais está intrinsecamente ligado à manutenção do subdesenvolvimento nas periferias. Os autores defendem ainda que a dependência não se limita à ausência de desenvolvimento, mas constitui uma condição histórica específica, resultante da forma subordinada como os países periféricos foram inseridos no mercado global de forma subordinada (Cardoso e Falleto, 2010).

Fernando Cardoso e Enzo Falleto (2010) introduzem dois conceitos centrais na teoria da dependência: o desenvolvimento dependente associado e o subdesenvolvimento. O desenvolvimento dependente associado está relacionado à possibilidade de crescimento económico em países periféricos, mas sempre subordinado ao capital estrangeiro. Essa configuração resulta de uma modernização limitada e dependente, perpetuando uma relação assimétrica. O subdesenvolvimento, por outro lado, descreve uma condição estrutural de atraso, marcada pela dependência de economias exportadoras de matérias-primas, vulneráveis às oscilações do mercado internacional, e pela manutenção das desigualdades sociais. Enquanto o desenvolvimento dependente associado sugere algum progresso condicionado pela dependência, o subdesenvolvimento enfatiza a estagnação estrutural gerada pelas relações de exploração no sistema capitalista.

Esses conceitos tornam-se particularmente relevantes para compreender as dinâmicas económicas em Moçambique, onde a ajuda externa e a exploração de recursos naturais reflectem a dependência estrutural. A aplicação dessa teoria, na análise do desenvolvimento em Boane, ajuda a entender como as relações económicas desiguais e historicamente construídas afectam o desenvolvimento em Moçambique. Ao aplicar essa teoria, a pesquisa tende a explorar as dinâmicas de dependência que limitam a autonomia económica local e a examinar os impactos de políticas de ajuda externa que, apesar de serem destinadas ao desenvolvimento, tendem a reproduzir a dependência e o subdesenvolvimento. Ela destaca a necessidade de uma análise crítica das estruturas económicas internacionais que continuam a moldar as possibilidades de desenvolvimento local e a forma como essas dinâmicas afectam a eficácia dos programas de desenvolvimento implementados.

2.2. Teoria do desenvolvimento endógeno

Neste contexto, torna-se essencial introduzir a Teoria do desenvolvimento endógeno, como uma alternativa que responde às limitações identificadas na teoria da dependência. Esta teoria torna-se útil no cenário actual de transformações económicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais, por adoptar uma perspectiva das dinâmicas sociais e económicas que leva em consideração as respostas dos actores económicos e identifica os principais mecanismos de desenvolvimento económico (Barquero, 2002).

A abordagem de desenvolvimento endógeno sustenta que a acumulação de capital é um processo fundamental para o crescimento económico, e esse desenvolvimento económico ocorre como resultado dos processos que determinam a acumulação de capital: Criação e difusão de inovação no sistema produtivo, organização flexível da produção, geração de economias de aglomeração e diversidade nas cidades e desenvolvimento institucional. Ela identifica também, um caminho de desenvolvimento autossustentado de natureza endógena, ao afirmar que os processos que contribuem para a acumulação de capital geram economias de escalas externas e internas, reduzem os custos de produção e transição e favorecem economias de escopo (Barquero, 2002)

A Teoria do desenvolvimento endógeno torna-se relevante, pois oferece uma perspectiva prática para Moçambique, focando na valorização dos recursos e capacidades locais. Para o Distrito de Boane, essa abordagem oferece um caminho de como a comunidade pode se organizar e inovar para promover um crescimento sustentável. Ela sugere que o desenvolvimento duradouro deve ser baseado no fortalecimento das instituições locais, na promoção de uma economia diversificada e no estímulo à inovação, permitindo que a pesquisa identifique as estratégias internas que podem ser utilizadas para mitigar os efeitos da dependência e fomentar o desenvolvimento a partir de dentro, criando resiliência económica e social que não dependa exclusivamente de intervenções externas.

A triangulação dessas teorias oferece uma análise abrangente ao integrar as limitações impostas pela dependência externa com as oportunidades de um desenvolvimento endógeno. Por um lado, a Teoria da Dependência contextualiza as dinâmicas de subordinação económica global que dificultam o desenvolvimento em regiões periféricas como Boane. Por outro lado, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno propõe estratégias para explorar recursos locais, fomentar inovação e fortalecer a economia interna. Juntas, essas teorias são cruciais para a pesquisa, porque proporcionam uma visão equilibrada por reconhecer a necessidade de analisar criticamente as estruturas externas de dependência, mas também valorizar as potencialidades locais que podem impulsionar o desenvolvimento. Isso permite à pesquisa explorar como uma abordagem mista, que considera a superação das barreiras impostas pela dependência e o fortalecimento de estratégias endógenas, pode promover um desenvolvimento mais sustentável e autónomo no distrito de Boane.

2.3. Definição de conceitos

Este trabalho tem como principais conceitos: Ajuda externa, Desenvolvimento e Dependência.

2.3.1. Ajuda externa

Não existe uma definição única para ajuda externa, em sentido amplo é a transferência de fluxos económicos ou recursos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento com objectivo de apoiar o desenvolvimento e a melhoria de vida dos cidadãos (Fontes, 2022).

Segundo Pena (2009), a ajuda externa é hoje entendida como um fluxo internacional governamental, concedido com algum grau de doação embutido, cuja a finalidade é contribuir para o desenvolvimento do país receptor. Este conceito é fruto da construção histórica relativamente recente, em especial, a ideia amplamente difundida de que a ajuda externa existe para auxiliar ou acelerar o desenvolvimento dos países ou regiões. Tal entendimento reflectiu-se na remodelagem da nomenclatura, dando origem à expressão Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

De acordo com a definição do Comité de ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a ajuda internacional engloba o conjunto dos donativos ou empréstimos em condições financeiras bonificadas provenientes de organismos públicos ou das suas agências executoras e destinado a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em vias de desenvolvimento (PVD'S). A ajuda internacional é também conhecida por Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (Moreira, 2004 apud Manjate, 2011).

A ajuda externa é entendida como a transferência de recursos económicos, financeiros ou materiais de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, com o propósito de fomentar desenvolvimento económico e social e melhorar a qualidade de vida das populações. Segundo Fontes (2022), trata-se de fluxos destinados ao apoio ao desenvolvimento, enquanto Pena (2009) destaca seu carácter governamental e a evolução histórica que resultou no termo Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), caracterizando a ajuda como um instrumento para acelerar o desenvolvimento das nações beneficiárias. Por sua vez, O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) define a ajuda externa como donativos ou empréstimos em condições favoráveis, originados de organismos públicos, com o objectivo de promover o bem-estar e desenvolvimento

sustentável dos países em desenvolvimento, sendo amplamente reconhecida como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Para o presente trabalho, o conceito do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é o mais apropriado, por ser mais abrangente e consolidado, englobando tanto os aspectos financeiros, quanto o compromisso com o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável, elementos estes fundamentais para a compreensão da ajuda externa no contexto actual.

2.3.2. Desenvolvimento

O desenvolvimento consiste num processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhe possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida numa vida considerada de qualidade, aferida segundo padrões objectivamente estabelecidos e subjectivamente avaliada (Dos Santos, 2013).

Cardoso e Falleto (2010) definem o desenvolvimento como um processo social integrado, que envolve não apenas o crescimento económico, mas também as transformações das relações sociais subjacentes. Envolve igualmente, a transição de sociedades tradicionais para modernas, com a reestruturação das condições sociais e económicas, focando-se não apenas na criação de sectores dinâmicos capazes de gerar crescimento, mas também na reconfiguração das estruturas sociais e políticas, permitindo que a sociedade atinja um crescimento autossustentável e uma descentralização dos centros de decisão.

Desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais que uma pessoa dispõe. A ênfase nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou a modernização social (Sen, 1999).

O desenvolvimento é compreendido como um processo multidimensional, envolvendo uma série de oportunidades acessíveis aos habitantes de um território, que possibilitam a realização pessoal e profissional de maneira satisfatória. De acordo com Dos Santos (2013), esse processo é medido pela qualidade de vida, que é tanto objectivamente definida por padrões estabelecidos, quanto subjectivamente avaliada. Cardoso e Falleto (2010) ampliam essa visão ao definirem o

desenvolvimento como um processo social integrado que vai além do crescimento económico, incluindo transformações nas relações sociais, a transição de sociedades tradicionais para modernas e a reconfiguração das estruturas sociais e políticas. Por outro lado, Sen (1999) adopta uma abordagem focada nas liberdades reais, entendendo o desenvolvimento como a ampliação das capacidades humanas e das liberdades que uma pessoa pode usufruir.

Para este trabalho, adopta-se o conceito de desenvolvimento de Sen (1999), por ser mais abrangente e centrado nas liberdades humanas, oferecendo uma perspectiva mais inclusiva e voltada para o bem-estar real dos indivíduos.

2.3.4. Dependência

O termo dependência refere-se a uma dimensão importante da economia política dos países do terceiro mundo, nos quais, quer a economia, quer a política são fortemente afectadas pelas relações de dependência com os países ricos ocidentais. A noção de dependência centra-se em relações e laços assimétricos entre as nações, pequenos grupos e classes dentro do terceiro mundo e entre os do terceiro mundo e os do mundo ocidental (Da Cruz, 2020).

Segundo Moraes (2010), a dependência é uma relação desigual, onde existe um lado dominante (o imperialismo) e um lado dominado (os países submetidos a esse imperialismo). Essa relação acontece no mercado mundial capitalista e se expressa de forma concreta, por exemplo, nas minas exploradas por estrangeiros, nas ferrovias construídas para escoar matérias-primas e nos grandes empréstimos feitos pelos colonizadores.

A dependência pode ser definida como uma relação estrutural e desigual entre países periféricos e países centrais no sistema mundial, em que os recursos naturais, como minérios, produtos agrícolas e matérias-primas, fluem dos países pobres ou subdesenvolvidos para os países ricos ou desenvolvidos. Essa relação perpetua a desigualdade, favorecendo os países centrais, enquanto que os países periféricos permanecem em desvantagem, presos a um estado de subdesenvolvimento (Mosca; Nova e Aiuba, 2024).

A dependência é entendida como uma dimensão crucial da economia política dos países do terceiro mundo, onde as economias e as políticas nacionais são profundamente influenciadas por relações assimétricas com as nações desenvolvidas do ocidente. Segundo Da Cruz (2020), a dependência está centrada em laços desiguais e também entre grupos e classes sociais dentro do terceiro mundo

e entre este e o mundo ocidental. Moraes (2010), por sua vez, define dependência como relação de termo dominante e termo dominado, onde os países periféricos são subordinados aos países mais desenvolvidos. Mosca; Nova e Aiuba (2024) complementam ao definir a dependência como uma relação estrutural e desigual, onde os recursos naturais dos países periféricos fluem para os países centrais, perpetuando a desigualdade global, o que mantém as periferias em um estado de subdesenvolvimento.

Neste trabalho adopta-se o conceito da dependência de Mosca; Nova e Aiuba (2024), por sua abordagem mais abrangente e analítica, que destaca o carácter estrutural e histórico da dependência, evidenciando como ela está enraizada nas dinâmicas globais e como sustenta a desigualdade entre as nações centrais e periféricas.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, destacam-se os métodos e técnicas de pesquisa que foram usados para obtenção dos dados e concretização do estudo, de acordo com os objectivos da pesquisa.

3.1. Tipo de estudo

Neste trabalho privilegia-se o estudo qualitativo como abordagem principal. Optou-se por essa metodologia a fim de nos concentrarmos exclusivamente nas perspectivas, motivações e experiências de diversos actores envolvidos. Segundo Almeida (2021), a pesquisa qualitativa observa, analisa e interpreta os dados com base em uma visão psicossocial, admitindo que exista uma relação entre o sujeito e a realidade (mundo real), ou seja, entre a subjectividade e a objectividade, que apenas números não conseguem responder. Neste sentido, é na análise dos fenómenos sociais e sua interpretação que se fundamenta o método qualitativo, não necessitando de fórmulas matemáticas e estatísticas.

A pesquisa qualitativa foi empregada para analisar e interpretar o processo da implementação do PEDD em Boane, considerando suas práticas, estratégias e experiências sociais tal como vividas pelos seus intervenientes. Essa abordagem possibilitou captar a complexidade do processo de desenvolvimento local, compreender as percepções dos actores envolvidos, identificar os obstáculos enfrentados e avaliar os impactos gerados pelas acções implementadas no contexto distrital.

3.2.Método de estudo

Na presente pesquisa, adoptou-se como método de estudo, o estudo de caso, tendo como objectivo principal analisar um caso em grande profundidade. Esses debates podem envolver grupos sociais, indivíduos, instituições, comunidades, entre outros (GIL, 2008 *apud* Almeida,2021).

O estudo de caso permitiu-nos analisar com profundidade a implementação do PEDD no distrito de Boane, o que tornou possível compreender as experiências dos implementadores e beneficiários, bem como identificar os principais desafios e dinâmicas no processo de desenvolvimento local.

3.3.Técnicas de recolha de dados

Para a recolha de dados, numa primeira fase, foi feita uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico e internet, com o objectivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique. (Pardonov; Freitas 2013).

Na pesquisa, adoptou-se como técnica de recolha de dados a entrevista semi-estruturada. Este tipo de entrevista parte de questionamentos básicos, fundamentados em teorias e hipóteses relevantes para o estudo, e oferece, amplo campo para novas perguntas que surgem à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa forma, o participante passa a orientar a conversa de acordo com suas experiências, contribuindo directamente para a construção do conteúdo da pesquisa dentro do foco definido pelo investigador (Trivinos, 1987).

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial e gravadas via telefone, mediante o consentimento informado obtido oralmente de cada participante antes da conversa. Cada entrevista ocorreu individualmente, garantindo um ambiente de privacidade e confiança para favorecer uma partilha aberta e espontânea. A duração das entrevistas variou entre 20 minutos e 1 hora, conforme a disponibilidade dos participantes e a complexidade das respostas. Devido a natureza do tema e a flexibilidade do guião semiestruturado, algumas perguntas adicionais foram introduzidas durante os diálogos, a fim de aprofundar certos aspectos ou incorporar sugestões trazidas pelos próprios entrevistados.

3.4.Técnica de análise de dados

Definiu-se a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Esta análise consiste em uma técnica de tratamento de dados que desempenha duas funções: uma função exploratória, que permite aprofundar a investigação e descobrir novos elementos, e uma função de verificação, que busca evidências para sustentar e confirmar hipóteses. Por meio dessa análise, é possível identificar aspectos subjacentes na mensagem estudada, revelando significados implícitos que não são imediatamente perceptíveis (Bardin 1977 apud Oliveira, 2011).

A análise de conteúdo permitiu interpretar as entrevistas realizadas sobre a implementação do PEDD em Boane, destacando significados, padrões e conexões presentes nas narrativas dos participantes. Essa técnica facilitou a compreensão das percepções, experiências e desafios relatados sobre ajuda externa e desenvolvimento local.

3.5. População

De acordo com Richardson (2002), população é o conjunto de elementos que possuem determinadas características. Neste estudo, a população foi composta por homens e mulheres residentes no distrito de Boane e por implementadores do PEDD, dispostos a partilhar as suas experiências, opiniões e perspectivas sobre o desenvolvimento local e as condições socioeconómicas da região.

3.5.1. Amostra

O estudo tem como amostra vinte (20) entrevistados, dos quais oito (08) são implementadores do PEDD e doze (12) são beneficiários. Segundo Pardonov (2013), a amostra é parte da população ou do universo, seleccionada de acordo com uma regra ou um plano. Refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população. Para a seleção dos participantes privilegiamos o uso da técnica não probabilística por intencionalidade. Esta técnica consiste em seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (Gil, 2008).

Para o presente estudo, a escolha criteriosa dos participantes consistiu em seleccionar indivíduos envolvidos directamente na implementação e beneficiários das acções do PEDD no distrito de Boane. A selecção iniciou-se com o consentimento formal obtido na Secretaria Distrital, o que possibilitou o contacto com os principais implementadores do plano. A partir das entrevistas com esses actores, foi possível identificar pontos do distrito onde ocorreram as intervenções previstas no PEDD. Embora o próprio plano indique áreas de actuação, foram os implementadores que auxiliaram na indicação de locais com acções concretamente realizadas, pois, segundo eles, nem todas as acções previstas foram realizadas devido a dificuldades enfrentadas ao longo da implementação. Com base nessas indicações, realizou-se a segunda fase do trabalho, com entrevistas aos beneficiários locais. O número de participantes foi definido com base no critério

de saturação dos dados, sendo encerrado quando as informações passaram a se repetir, sem acréscimos relevantes para os objectivos da pesquisa.

3.5.2. Critérios de escolha dos participantes

Critérios de inclusão:

- Beneficiários: Indivíduos residentes no distrito de Boane, há pelo menos 10 anos, com conhecimento ou vivência relacionada à implementação do PEDD, e que aceitaram participar da entrevista sem qualquer forma de compensação monetária.
- Implementadores: Indivíduos directamente envolvidos na concepção, coordenação ou execução das acções do PEDD, que actuam em instituições distritais públicas ou organizações parceiras (ONGs, associações locais), com experiência prática no processo de implementação do plano, e que aceitaram participar voluntariamente da entrevista.

3.6. Questões éticas

No presente estudo, tratando-se de uma investigação científica, foram observados os princípios éticos em todas as fases do trabalho, desde a concepção do tema até ao processo de análise dos dados. Para o efeito, obteve-se credenciais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e da Secretaria Distrital de Boane, o que permitiu apresentar formalmente o estudo e criar um ambiente de confiança com os participantes. Antes de cada entrevista, foram explicados de forma clara os objectivos da investigação, solicitando-se o consentimento informado dos participantes. A autorização para entrevistar os implementadores foi concedida pela Secretaria Distrital, enquanto o consentimento dos beneficiários foi obtido no momento da sua abordagem no terreno.

Para assegurar o anonimato, os participantes foram identificados como “*Entrevistado [número], 2025*”, garantindo confidencialidade e respeito pelas normas éticas. Foi igualmente respeitada a decisão de quem não desejou ser gravado, assegurando-se assim que todas as participações fossem livres, voluntárias e informadas.

3.7.Constrangimentos e formas de superação

A realização desta pesquisa enfrentou alguns constrangimentos no processo de recolha e organização dos dados. Um dos principais desafios foi o difícil acesso a certas comunidades mais afastadas e com baixos níveis de escolaridade, como em Vonguine, o que exigiu maior sensibilidade na abordagem e adequação da linguagem para explicar os objectivos do estudo. Além disso, verificou-se uma relutância inicial por parte de alguns beneficiários em conceder entrevistas, motivada por receio de exposição ou desconfiança quanto à finalidade da pesquisa. Para superar essa resistência, foi necessário reforçar o compromisso com o anonimato, a confidencialidade e a natureza académica do trabalho.

Outro constrangimento esteve relacionado a disponibilidade dos entrevistados, muitos dos quais estavam envolvidos em actividades informais ou ocupações domésticas, o que exigiu maior flexibilidade, ajustando-se aos horários mais convenientes para os participantes. Em alguns momentos, as condições climáticas adversas também dificultaram a mobilidade e o cumprimento do cronograma inicialmente traçado. No caso dos implementadores, não se registaram constrangimentos significativos durante o processo de entrevista, dado o apoio institucional prévio e a colaboração das entidades envolvidas.

Dessa forma, mesmo diante dos desafios enfrentados no processo de recolha, foi possível recolher dados, graças à persistência, flexibilidade metodológica e apoio logístico obtido ao longo do trabalho de campo.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta secção, apresentamos os dados empíricos recolhidos no terreno, seguidos da respectiva análise e discussão, orientadas pelas perspectivas teóricas e conceitos que sustentam esta pesquisa. A interpretação dos resultados é feita à luz dos objectivos específicos e em diálogo com os estudos abordados na revisão de literatura.

As subsecções desta secção estão divididas em cinco (05) partes, alinhadas aos objectivos específicos da pesquisa. A primeira parte apresenta a carteira de projectos do PEDD, de modo a contextualizar os compromissos assumidos pelo distrito e oferecer um referencial para análise subsequente. A segunda parte refere-se ao perfil sociodemográfico dos entrevistados, destacando características sociais, ocupacionais e institucionais dos beneficiários e implementadores do PEDD. A terceira parte aborda as dinâmicas internas do distrito na implementação do plano, incluindo o papel das instituições, os mecanismos de participação e o envolvimento da população. A quarta parte analisa as acções previstas e efectivamente implementadas, avaliando sua correspondência com o plano, os impactos observados e a eficácia das intervenções. Por fim, a quinta parte trata dos principais desafios enfrentados no processo de implementação, como limitações estruturais, dificuldades de coordenação e distanciamento entre os actores envolvidos.

4.1. Principais projectos do PEDD no distrito de Boane

Antes de apresentar a análise detalhada das entrevistas, é relevante trazer uma contextualização acerca dos compromissos assumidos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (PEDD) de Boane. Essa contextualização é importante, porque permite confrontar as percepções dos implementadores e beneficiários com as metas originalmente estabelecidas, facilitando a compreensão das lacunas entre o planeado e o executado. Nesse sentido, apresenta-se a seguir um quadro-resumo da carteira de projectos do PEDD³.

³ Para mais detalhes sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (PEDD) de Boane, recomenda-se a consulta de documento oficial completo, onde se encontram descritas a carteira integral de projectos, incluindo os de âmbito publico e privado, as metas, os prazos de execução, os mecanismos de monitoria e acompanhamento, bem como as fontes e modalidade de financiamento. Disponível em: pt.scribd.com

Projectos de Âmbito Público

Projecto	Objectivo	Localização
Elaboração e implementação de Plano de Pormenor	Infraestruturar o PP de Gumbane	Localidade Mulotana
Construção de aterro sanitário	Construção de aterro sanitário	Localidade Mulotana
Construção de Escolas Secundárias	Escolas com laboratórios, cantina, campos polivalentes e administrativos	Campoane, Chinonanquila, Estevel, Eduardo Mondlane, Mulotane
Construção de Escolas Primárias	12 Escolas com salas, blocos administrativos, casas de banho e campos de futebol	Belohorizonte, Chipapa, Bairro 6, Gimo, Saldanha, Eduardo
Construção de Escolas Técnicas Profissionais	Escolas técnicas com salas, oficinas e laboratórios equipados	Localidades do distrito
Construção de Salas de Aula	Eliminar regime de três turnos, substituir salas precárias	Todo o distrito
Aquisição de Carteiras Escolares	Suprir necessidade existente e apetrechar novas salas	Todo o distrito
Construção de Centros de Saúde	Melhorar capacidade de resposta da rede sanitária	Picoco, Bili, Gumbane
Expansão de Abastecimento de Água	Construção de sistemas de abastecimento e tecnologias de purificação	Mavoco, Gumbane, Mulotane, Beluluane, Djonasse, Zilinga

4.2. Perfil socio-demográfico dos entrevistados

Os dados recolhidos junto dos principais actores envolvidos na execução do PEDD permitiram traçar o perfil sociodemográfico dos seus implementadores e beneficiários. A análise visa compreender a composição institucional e funcional dos profissionais que assumem um papel estratégico na concretização das metas e objectivos definidos para o desenvolvimento do distrito de Boane, bem como captar as percepções e vivências dos beneficiários em relação às acções implementadas.

No que diz respeito aos implementadores, participaram oito profissionais inseridos em diferentes sectores da administração distrital, incluindo planificação, saúde, educação, infraestruturas e administração local. As funções exercidas variam entre chefe de Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local, técnicos de planificação, técnico de Repartição de Administração e Planificação, chefe da secretaria distrital e chefe do gabinete da administradora. A maioria integra o processo desde a fase inicial do plano, o que evidencia continuidade e conhecimento acumulado, enquanto uma minoria ingressou ao longo da implementação, reflectindo alguma renovação institucional.

Entre os beneficiários, observa-se diversidade de ocupações, incluindo professores, directores, secretária, estudante, vendedoras, mecânico e líderes comunitários, o que evidencia que as acções do PEDD atingem diferentes esferas sociais. O tempo de residência dos participantes varia entre quinze e sessenta anos, reflectindo diferentes experiências de vida no contexto local.

4.3. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD

Esta subsecção responde ao objectivo específico de descrever as dinâmicas internas do distrito de Boane na implementação do PEDD. A análise considera duas perspectivas, dentre as quais a primeira aborda as dinâmicas internas segundo implementadores responsáveis pela coordenação e execução do plano, a segunda enfoca nos beneficiários, que vivenciam directamente os efeitos das acções implementadas.

4.3.1. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD na perspectiva dos implementadores.

A análise a partir da perspectiva dos implementadores permite compreender como o plano é articulado, coordenado e executado no território. Para guiar essa análise, foram definidas três

dimensões, (i) O papel das diferentes instituições na implementação do PEDD: entre a coordenação governamental e a dependência das ONGs, (ii) Mecanismos de participação comunitária nas decisões e execução do PEDD: entre representação formal e efectiva inclusão da população e (iii) Grau de influência da população local no desenvolvimento e execução das estratégias do PEDD: da participação consultiva à coautoria territorial.

4.3.1.1. O papel das diferentes instituições na implementação do PEDD: entre a coordenação governamental e a dependência das ONGs

A implementação do PEDD em Boane, segundo os implementadores, ocorre através de uma rede institucional com diferentes níveis de protagonismo. O governo distrital ocupa uma posição central, assumindo a responsabilidade pela articulação e definição de prioridades locais. Contudo, essa centralidade não representa autonomia plena, uma vez que o governo depende de parceiros, especialmente das ONGs, para executar as acções planeadas.

“O governo é o sector chave, é quem interage com as ONGs e outras instituições, realiza reuniões para definir prioridades, e as ONGs colaboram muito nesse processo”.
(Entrevistado 2, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025, 10h30).

Neste primeiro depoimento, o governo aparece como articulador e mediador institucional, indicando uma tentativa de coordenação colectiva. Porém, na prática, a realização das acções muitas vezes depende das ONGs, que assumem papel fundamental, principalmente nos sectores essenciais, como no sector da educação.

“No sector da educação, as ONGs contribuíram muito com construção de salas de aula e materiais. A sociedade civil, essa só acompanhava, pois, o governo nem chegou a divulgar o plano publicamente” (Entrevistado 5, Secretaria Distrital de Boane, 5/4/ 2025, 12h00).

O trecho mostra que a execução efectiva do PEDD, em muitos casos, é liderada pelas ONGs, enquanto o Estado planeia e coordena. Há também uma falha na transparência e no envolvimento da sociedade civil, que, sem acesso à informação, é excluída nos processos decisórios.

“As ONGs actuaram no saneamento, mas não nos moldes previstos. Elas escolhem as áreas conforme os interesses dos seus financiadores. Qualquer tentativa do governo de

redirecionar essas acções pode pôr o apoio em risco. Apesar disso, a presença delas faz alguma diferença, pois o distrito enfrenta muitos desafios” (Entrevistado 4, Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura, 4/4/2025, 12h30).

O relato acima evidencia a limitação do governo local em alinhar a acção das ONGs ao PEDD, já que essas organizações seguem agendas próprias, condicionadas pelos seus financiadores, revelando uma tensão entre prioridades locais e diretrizes externas.

Do ponto de vista teórico, esse cenário expressa uma lógica de desenvolvimento dependente associado, conforme Falleto e Cardoso (2010), onde o governo local opera de forma subordinada às agendas externas. Mesmo que exerça formalmente a coordenação, a prática revela uma estrutura assimétrica de poder.

Os depoimentos dos implementadores mostram que o governo distrital actua como coordenador formal, mas depende amplamente das ONGs para implementar acções. Essa dependência enfraquece a autonomia e dificulta o alinhamento estratégico ao PEDD. A sociedade civil, por sua vez, permanece à margem, devido à limitada democratização da informação. Embora o plano proponha um modelo de desenvolvimento participativo, sua execução evidencia assimetrias institucionais, fragilidade comunicacional e baixo envolvimento comunitário.

4.3.1.2.Mecanismos de participação comunitária nas decisões e execução do PEDD: entre representação formal e efectiva inclusão da população

As entrevistas dos implementadores mostram que a participação comunitária no PEDD ocorre por meio de estruturas formalizadas como o conselho consultivo distrital, fóruns de diálogo e reuniões populares. Esses mecanismos foram concebidos para garantir a integração das preocupações da população na planificação e execução das políticas públicas. No entanto, as entrevistas revelam que essa estrutura institucional nem sempre resulta numa inclusão prática, activa e crítica da comunidade.

“Temos o Conselho Consultivo do distrito, onde participam líderes comunitários e religiosos que representam a comunidade e discutem o plano e as actividades, mas a população poucas vezes pode opinar, apenas acompanha através desses representantes” (Entrevistado 1, Escola Secundária Felipe Jacinto Nhusy, 5/4/2025, 13h35).

O depoimento ilustra a centralidade do conselho consultivo e o papel de mediação das lideranças locais. A participação ocorre, assim, de forma indirecta, o que pode limitar a diversidade de vozes, especialmente em contextos de desigual acesso ao poder simbólico.

“O principal mecanismo é a consulta comunitária... também temos reuniões populares conduzidas pela administradora” (Entrevistado 6, Guegueque, 11/4 2025, 15h00).

Esse relato reforça a existência de canais participativos, mas também mostra que a iniciativa parte sobretudo das autoridades locais, deixando pouco espaço para que a comunidade assuma um protagonismo comunitário.

As entrevistas também apontam para um calendário institucional organizado, com encontros mensais, trimestrais e fóruns de diálogo, onde as lideranças comunitárias trazem demandas e participam de momentos de planificação, monitoramento e divulgação de resultados.

“Temos encontros trimestrais e fóruns de diálogo... a comunidade participa através de líderes comunitários... tratamos de planificação, relatórios, divulgação dos resultados, apresentamos desafios” (Entrevistado 8, Escola Primária do Fiche, 14/4 2025, 14h00).

Apesar da estrutura estabelecida, a participação directa da população é limitada e condicionada à actuação das lideranças. Há falta de clareza sobre como as contribuições comunitárias influenciam decisões e transformam práticas. A escassa divulgação pública do conteúdo e dos objectivos do PEDD também reduz a apropriação crítica do plano pela população. Barquero (2002), na sua teoria do Desenvolvimento endógeno, destaca a importância da valorização do saber local, da cidadania activa e do fortalecimento institucional. Nas entrevistas realizadas, percebe-se que esses aspectos ainda não se encontram consolidados. Em síntese, embora os mecanismos participativos estejam formalmente previstos e em funcionamento parcial, sua eficácia é restrita. A participação

comunitária permanece consultiva, com baixa capacidade de gerar transformação prática e inclusão efectiva no processo de desenvolvimento local.

4.3.1.3. Grau de influência da população local no desenvolvimento e execução das estratégias do PEDD: da participação consultiva à protagonismo local

A influência da população local nas estratégias do PEDD em Boane, segundo os implementadores, configura-se como um processo híbrido, marcado por momentos de escuta institucionalizada e iniciativas espontâneas da comunidade. Observa-se uma evolução gradual de uma postura passiva para um envolvimento mais activo, aproximando-se a uma lógica de coautoria no desenvolvimento local.

Nas fases iniciais, sobretudo na planificação, a população tem contribuído na definição de prioridades, especialmente no que diz respeito a infraestruturas básicas. Essa escuta é realizada por meio de mecanismos como auscultações públicas, relatórios comunitários e conselhos consultivos, o que permite alinhar os projectos às necessidades reais do território.

“A população tem uma grande influência, porque quando diz que no lugar x tem um problema de escola e a escola que funciona dista a tal quilómetros, o problema deve ser resolvido para atender as necessidades da comunidade” (Entrevistado 3, Serviço Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 8h30).

Esse depoimento exemplifica como as vozes locais conseguem influenciar directamente a formulação de acções concretas, revelando um conhecimento vivido do território que os planeadores reconhecem e incorporam. Entretanto, essa participação apresenta limitações. Ela tende a se concentrar nas fases iniciais do processo e a diminuir significativamente durante a execução e o monitoramento. Além disso, há assimetrias entre diferentes comunidades, algumas possuem maior capacidade de mobilização e são mais escutadas, enquanto outras permanecem à margem.

Apesar desses desafios, destaca-se a existência de um esforço para integrar a população nos projectos de impacto directo, como mostra o seguinte depoimento:

“Em um projecto temos auscultação pública [...] se tens um projecto e tens apoio da comunidade significa que a população se revê no projecto, então se ela se revê, significa que está integrada” (Entrevistado 7, Escola Industrial e de Computação Armando Emílio Guebuza, 12/4/2025, 12h00).

Aqui, a consulta pública é compreendida como elemento estratégico, que não apenas garante o consentimento formal, mas permite que a população se identifique com o projecto, legitime sua execução e o torne parte de sua realidade quotidiana.

Um dos elementos mais reveladores do grau de influência popular é a incorporação de acções espontâneas da comunidade. Práticas como a construção de pequenas infraestruturas e serviços, mesmo sem previsão formal no plano, acabam sendo assimiladas como indicadores do progresso do PEDD, como mostra o depoimento abaixo:

“A sua influência é indispensável, porque, na verdade, PEDD é só um documento. Na prática, quem executa é a população [...], eles até podem não saber que estão a contribuir de forma significativa, mas nós conseguimos captar e contabilizar essas acções todas” (Entrevistado 5, Secretaria Distrital de Boane, 5/4/2025, 12h00).

Esse excerto desloca o olhar da implementação formal para uma compreensão ampliada do território como espaço dinâmico de acção social. A população actua como agente de desenvolvimento, mesmo fora dos canais institucionais.

Teoricamente, essa realidade remete para a concepção de desenvolvimento formulada por Cardoso e Faletto (2010), que compreende o desenvolvimento como um processo social integrado, envolvendo não apenas crescimento económico, mas também mudanças nas relações sociais, descentralização e protagonismo local.

Em Boane, o envolvimento da população na construção e execução do PEDD se aproxima a essa concepção, pois revela uma actuação cidadã no redireccionamento de prioridades e na produção de soluções. No entanto, persistem desigualdades de influência e fragilidades institucionais, que limitam a consolidação de uma participação efectivamente contínua e equitativa. A tensão entre o ideal de desenvolvimento endógeno e os condicionamentos operacionais ainda marca o processo.

4.4. Dinâmicas internas no distrito de Boane na implementação do PEDD na perspectiva dos beneficiários

A análise a partir da perspectiva dos beneficiários permite compreender como a população percebe e experiencia as acções do PEDD no quotidiano. Para guiar essa análise, foram estabelecidas três dimensões, (i) Comunicação e acesso à informação sobre o PEDD: da informalidade à limitação da participação comunitária, (ii) Participação comunitária nos processos de decisão e execução do PEDD: entre consultas pontuais e protagonismo limitado e (iii) Experiências locais na implementação das acções do PEDD: entre melhorias concretas e exclusão territorial.

4.4.1. Comunicação e acesso à informação sobre o PEDD: da informalidade à limitação da participação comunitária

Esta subsecção analisa como a informação sobre o PEDD é comunicada à população no distrito de Boane, com base nas experiências relatadas pelos beneficiários. Pretende-se compreender os canais utilizados para transmitir essas informações, o momento em que chegam e o grau de clareza e acesso, de forma a avaliar o impacto da participação dos cidadãos nos projectos de desenvolvimento.

Apesar de todos os entrevistados declararem conhecer o PEDD e identificarem iniciativas em curso no distrito, os depoimentos revelam que a forma como a informação chega aos cidadãos é predominantemente informal, reactiva e muitas vezes tardia.

*“A informação posso dizer que não tive da escola, mas acabei tendo a informação de uma forma informal, que há uma escola que está sendo construída no bairro de Chinonaquila”
(Entrevistado 1, Escola Secundária Felipe Jacinto Nhusy, 5/4/2025,13h35).*

Esse relato evidencia a ausência de canais formais, regulares e estruturados de comunicação entre os órgãos de governação e a população. A informalidade compromete o entendimento completo das acções em curso e limita o envolvimento do cidadão, contrariando os princípios do desenvolvimento endógeno, que defende o protagonismo das comunidades no seu próprio processo de desenvolvimento.

*“Soube quando já estava em obra, só me deparei com as obras e fiquei assustado”
(Entrevistado 4, 2025, Escola Primária de Vonguine, 12/4/2025, 12h00).*

A surpresa diante de intervenções já em andamento demonstra uma prática comunicativa reactiva, que enfraquece a legitimidade das acções perante a população e pode gerar desconfiança ou sensação de exclusão. Quando a população não participa desde a fase de planificação, perde-se a oportunidade de construir um desenvolvimento mais partilhado e sustentável.

“Sim, a planificação partiu daqui, planificamos e comunicamos ao distrito que há necessidade de ampliação da escola” (Entrevistado 7, Mulotana, 10/4/2025, 8h00).

O último depoimento aponta para uma exceção, quando existe diálogo entre a base e os órgãos do Estado, cria-se um espaço mais fértil para a construção participativa. Ainda assim, essas situações são isoladas, e não reflectem uma prática institucionalizada no distrito.

A comunicação sobre o PEDD é muitas das vezes, informal e tardia, conforme relatam os entrevistados. Segundo Sen (1999), o desenvolvimento depende da expansão das liberdades, incluindo o acesso à informação e a capacidade de influenciar decisões. Entretanto, a forma de comunicação presente no distrito, limita o protagonismo local e a apropriação dos projectos.

A análise dos depoimentos evidencia falhas estruturais na comunicação entre o governo distrital e os cidadãos no âmbito do PEDD. A falta de canais eficazes e acessíveis de informação compromete a apropriação comunitária dos projectos, reduzindo o potencial de um desenvolvimento local genuíno. As entrevistas sugerem que investir em estratégias de comunicação mais transparentes e descentralizadas é essencial para garantir a participação cidadã e fortalecer os fundamentos de um desenvolvimento endógeno.

4.4.2. Participação comunitária nos processos de decisão e execução do PEDD: entre consultas pontuais e protagonismo limitado

A análise das entrevistas com os beneficiários do PEDD no distrito de Boane revela uma participação comunitária marcada por contrastes. Enquanto alguns cidadãos relataram momentos de consulta e interacção com as autoridades, outros afirmam não ter presenciado qualquer tipo de envolvimento nos processos decisórios. Essa ambiguidade indica que a participação, quando ocorre, ainda é limitada, pontual e pouco sistematizada. Embora existam relatos que indicam a existência de encontros comunitários, estes nem sempre se configuram como espaços de decisão efectiva, mas antes como momentos de mera informação ou validação de decisões já tomadas.

“Nós reclamamos porque a escola secundária era longe e quando reclamamos para os nossos senhores, eles nos reuniram e avisaram que as nossas reclamações foram atendidas e agradecemos” (Entrevistado 3, Gueguegue, 8/4/ 2025, 13h00).

Este testemunho revela uma forma de participação reactiva, na qual a população manifesta as suas dificuldades, e só então é convocada para validar a resposta institucional. Ainda que haja algum espaço de escuta, o controlo do processo permanece do lado das autoridades, o que contraria o espírito do desenvolvimento endógeno, que valoriza a construção colectiva e proactiva das soluções com base nas experiências e necessidades locais.

“Não houve espaço para isso ” (Entrevistado 8, Escola Primária do Fiche, 12/4/ 2025, 14h00).

Por outro lado, há testemunhos que apontam para a total ausência de participação, isso reforça a ideia de que a gestão do PEDD, em algumas zonas, reproduz uma lógica verticalizada de decisão, onde os cidadãos são meramente informados ou nem isso, sobre intervenções que afectam directamente suas vidas. A exclusão enfraquece os laços de confiança e mina a legitimidade das acções implementadas.

“Sim, fizemos uma reunião e a comunidade contribuiu, pois, as crianças passavam mal, então a comunidade aplaudiu o projecto da construção de escola” (Entrevistado 12, Mulotana, 15/4/ 2025, 8h00).

O depoimento acima mostra um exemplo positivo de articulação entre governo e comunidade, em que o projecto surge como resposta a uma necessidade colectiva previamente expressa. No entanto, tais exemplos parecem ser excepções, e não uma prática generalizada, o que exige a institucionalização de mecanismos de participação real e contínua.

A participação comunitária no PEDD no distrito de Boane ainda enfrenta desafios significativos. Os dados apontam para uma prática esporádica, desigual e, muitas vezes, simbólica. Conforme destacado por Moyo (2009) na revisão da literatura, a efectividade da participação depende do fortalecimento das capacidades locais, de modo que as comunidades consigam articular suas próprias agendas e influenciar decisões que as afectam. No contexto de Boane, as limitadas aberturas de espaços de decisão reduzem a apropriação do plano, o que compromete a legitimidade e o impacto das acções implementadas. Para muitos beneficiários, o reconhecimento dos saberes locais e a inclusão real nos processos decisórios permanecem insuficientes, evidenciado a necessidade de estratégias que promovam um protagonismo comunitário continuo e efectivo.

4.4.3. Experiências locais na implementação das acções do PEDD: entre melhorias concretas e exclusão territorial

Nesta subsecção, analisam-se as experiências vividas pelas comunidades locais durante a implementação das acções previstas no PEDD no distrito de Boane. Através dos depoimentos dos beneficiários, busca-se compreender como essas vivências influenciam a percepção da população sobre o desenvolvimento local e a actuação do Estado.

As experiências locais revelam uma convivência entre satisfação e frustração. Se, por um lado, existem comunidades que reconhecem melhorias tangíveis, como a construção de escolas e acesso à energia, por outro lado, há zonas em que as acções foram interrompidas, não iniciadas ou simplesmente não contempladas. Essa diversidade de vivências marca a avaliação que os cidadãos fazem do PEDD e da sua eficácia.

Para os que se sentiram beneficiados, as intervenções do PEDD geraram reconhecimento e alívio diante de carências antigas. Um dos entrevistados compartilhou:

“Aqui construíram a escola, e foi bom, porque antes as crianças andavam muito. Agora está perto” (Entrevistado 11 Guegueque, 14/4/ 2025, 12h00).

Este relato demonstra como a concretização de uma infraestrutura essencial transforma positivamente a vida das pessoas e reforça a crença na capacidade de resposta das autoridades. Contudo, essa experiência não é generalizada.

Em outras localidades, a interrupção de obras ou o não cumprimento das promessas causou desilusão e desconfiança, como se observa no seguinte depoimento:

“Prometeram construir uma estrada, mas até hoje só puseram os tubos e os materiais e nunca mais voltaram” (Entrevistado 6, Guegueque, 11/4/2025, 15h00).

Esta situação cria um sentimento de abandono e exclusão, reforçando a percepção de que o desenvolvimento é selectivo e não alcança a todos de forma justa. A convivência com obras incompletas ou promessas vazias afecta directamente o modo como os cidadãos percebem o valor e a seriedade dos projectos públicos. Além disso, há zonas em que os moradores sequer presenciaram o início de alguma intervenção, mesmo tendo sido informados de sua existência, como relatou outro participante:

“Na nossa zona nem chegou água, dizem que o projecto está a caminho, mas já passou muito tempo ” (Entrevistado 5, Mulotana, 8/4/ 2025, 13h00).

Este tipo de vivência reforça o distanciamento entre o plano e a realidade concreta da população. Quando o discurso do desenvolvimento não se traduz em acções visíveis e acessíveis, as comunidades tendem a desacreditar na continuidade dos projectos e no comprometimento das lideranças.

As experiências locais de implementação do PEDD em Boane demonstram uma desigualdade nos impactos e na percepção dos resultados. Enquanto alguns beneficiários vivenciam melhorias claras, outros convivem com promessas não cumpridas e obras inacabadas. Essa diversidade de vivências faz com que o plano seja interpretado de modos distintos, para uns representa uma resposta concreta às necessidades locais, para outros, simboliza exclusão territorial e

distanciamento entre o que foi planificado e o que foi feito na prática. Essa diversidade de vivências evidencia que o desenvolvimento local, para ser efectivo, precisa considerar a participação activa e conhecimento das comunidades envolvidas, conforme defendido por Barquero (2002), uma vez que sucesso de qualquer plano não se mede apenas pela sua elaboração, mas pela forma como é vivido pelas comunidades no seu quotidiano.

A análise das entrevistas com beneficiários e implementadores do PEDD em Boane aponta avanços, mas também falhas nas dinâmicas internas do desenvolvimento local, marcadas por comunicação informal, participação comunitária limitada e dificuldades na colaboração interinstitucional. Relatos revelam frustrações com promessas não cumpridas e exclusão territorial. O cenário exige mais diálogo, transparência e inclusão, em sintonia com os princípios do desenvolvimento endógeno.

4.5. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade

Esta subsecção analisa a adequação das estratégias do PEDD às necessidades da população do distrito de Boane. A análise considera duas perspectivas, a dos implementadores que planeiam, coordenam e executam as acções e dos beneficiários que experienciam directamente os efeitos dessas intervenções. Para efeitos de sistematização, a discussão está organizada em duas partes, correspondente a cada perspectiva.

4.5.1. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade na perspectiva dos implementadores

A análise na perspectiva dos implementadores permite compreender quais acções foram efectivamente implementadas, seus impactos e os constrangimentos enfrentados para adequar as estratégias às necessidades da comunidade. Para guiar a discussão foram definidas três dimensões principais, (i) Acções efectivamente implementadas: progressos visíveis e transformações nas áreas sociais e infraestruturais, (ii) Diferença entre o planificado e o executado: entre o ideal e o possível, (iii) Impactos das acções implementadas: melhoria da qualidade de vida e (iv) Indicadores de avaliação e mecanismos de monitoria: entre o formalismo e os resultados concretos.

4.5.1.1. Acções efectivamente implementadas: progressos visíveis e transformações nas áreas sociais e infraestruturais

A análise dos depoimentos dos implementadores do PEDD no distrito de Boane evidencia um conjunto de acções concretas realizadas, com destaque para as áreas sociais e de infraestrutura básica. Apesar dos desafios estruturais, financeiros e logísticos, os entrevistados apontam progressos visíveis que beneficiaram directamente as comunidades.

Na área da educação, houve uma expansão significativa da rede escolar por meio da construção contínua de salas de aula, o que contribuiu para a redução da sobrelotação e aumento da cobertura:

“Conseguimos construir mais da metade das duzentas e tal salas previstas. Em Boane, fizemos uma média de 23 á 30 salas por ano. Esse foi um dos maiores sucessos do PEDD, pois melhora directamente as condições do cidadão” (Entrevistado 1, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 7h00).

Essa expansão é percebida como estratégica para o desenvolvimento humano, por garantir o acesso ao conhecimento.

Na saúde, destacam-se acções como a reabilitação de centros e campanhas de rastreio, especialmente para o cancro do colo do útero:

“Tivemos um crescimento considerável nas mulheres rastreadas e tratadas, o que representa um avanço significativo em relação os anos anteriores” (Entrevistado 3, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025, 8h30).

Em infraestruturas básicas, a eletrificação e o abastecimento de água são apontados como grandes conquistas. Um dos entrevistados ressalta que:

“Conseguimos cerca de 3.000 novas ligações elétricas e mais de 1.000 ligações de água por ano. Hoje, quase todas as localidades têm eletricidade; isso transformou a vida dos cidadãos, que agora têm acesso a serviços básicos e maior bem-estar” (Entrevistado 2, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025, 16h00).

Esses avanços são vistos como transformadores da vida quotidiana e promotores de inclusão e dinamismo local. De forma geral, os entrevistados valorizam essas acções por seus efeitos concretos, apesar de reconhecerem limitações na sua continuidade, abrangência e articulação entre sectores, o que cria desigualdades entre localidades.

Esta análise pode ser sustentada a partir da teoria de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (1999), que defende que o verdadeiro desenvolvimento consiste na ampliação das liberdades humanas, como acesso à educação, saúde, eletricidade e água potável, não apenas como meios, mas como fins em si mesmo. Mesmo enfrentando dificuldades o PEDD conseguiu implementar acções estruturantes que melhoraram o bem-estar da população.

4.5.1.2.Diferença entre o planificado e o executado: entre o ideal e o possível

A implementação do PEDD no distrito de Boane revela uma distância significativa entre as metas inicialmente planificadas e o que foi efectivamente realizado. Essa discrepância resulta de factores financeiros, institucionais e conjunturais, reflectindo as tensões entre o ideal técnico da planificação e a realidade prática da gestão pública local.

Os relatos dos implementadores destacam que a principal barreira para a execução plena do PEDD foi a limitação orçamental. Os recursos disponíveis ao nível distrital mostraram-se insuficientes para concretizar as metas dos documentos estratégicos, conforme demonstra o seguinte depoimento:

“Em alguns indicadores não atingimos 100%, realizamos apenas o que era possível. Por exemplo, houve um projecto de reabilitação de regadios, mas não conseguimos cobrir todos porque essas acções dependem também do apoio de parceiros” (Entrevistado 2, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 10h30).

Além da questão financeira, outras dificuldades impactaram o cronograma e a execução, como desastres naturais (inundações), instabilidade político-institucional e processos burocráticos lentos que dificultaram a aprovação e articulação entre os níveis governamentais.

Um ponto importante mencionado pelos técnicos foi o reconhecimento de que algumas metas foram mal dimensionadas, com um excesso de ambição frente à capacidade operacional do distrito.

Uma entrevistada explicou:

“O PEDD tem metas e acções, mas a realidade mostra-se diferente. Na agricultura, por exemplo, melhorar os regadios exigiria bilhões que não temos. Apesar de não termos conseguido reabilitar todos, o que está a ser feito é gratificante. Muitos agricultores continuam produzindo, então, há um desnível entre o planificado e o implementado, mas a realidade no terreno é mais dinâmica” (Entrevistada 4, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 12h30).

Outro depoimento reforça essa dificuldade:

“Planificamos 10 sistemas de abastecimento de água e a reabilitação de 23 fontes inoperacionais, mas não conseguimos completar esses objectivos por falta de orçamento. Também não foi possível construir o aterro sanitário previsto” (Entrevistado 6, 2025).

Os relatos indicam que, apesar das metas formais não terem sido integralmente cumpridas, existe uma dinâmica real de progresso e transformação social, que nem sempre é capturada pelos indicadores oficiais, o que reforça a perspectiva de Barquero (2002), sobre a importância de considerar saberes locais na implementação de estratégias de desenvolvimento.

4.5.1.3. Impactos das acções implementadas: melhoria da qualidade de vida

A análise das entrevistas dos implementadores, revela que a implementação do PEDD no distrito de Boane, apesar dos desafios financeiros, burocráticos e ambientais, tem mostrado avanços relevantes em sectores essenciais para a qualidade de vida das populações locais. As intervenções em infraestrutura básica e ordenamento territorial reflectem uma agenda que visa superar desigualdades estruturais e promover o bem-estar social, mesmo que de forma parcial e desigual.

A eletrificação, por exemplo, foi destacada por um entrevistado como um factor fundamental de transformação socioeconómica:

“A electrificação de várias zonas dinamizou pequenos negócios, e agora as famílias têm acesso a informação e conforto em suas casas” (Entrevistado 1, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025, 7h00).

Esse acesso ampliado à energia eléctrica impulsiona o surgimento e a expansão de actividades económicas locais, diversificando as fontes de renda e reduzindo a dependência do sector agrícola tradicional. Além disso, a possibilidade de acesso a meios de comunicação, como rádio, televisão e internet, fortalece a democratização da informação, ampliando o empoderamento social e político da população. O conforto proporcionado pela eletrificação também impacta positivamente a saúde e a educação, ao melhorar a iluminação das residências e permitir a conservação adequada de alimentos e medicamentos.

Outro avanço importante é a construção de escolas mais próximas das comunidades, o que reduz barreiras geográficas e facilita o acesso à educação, especialmente para grupos vulneráveis, como as crianças do curso nocturno:

“Antes, crianças percorriam vários quilómetros para encontrar uma escola secundária, o que dificultava, especialmente para as do curso nocturno. Agora, construímos escolas próximas às localidades” (Entrevistado 2, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025 16h00).

Essa iniciativa contribui para a inclusão social, aumento da frequência escolar e redução da evasão, fortalecendo a educação como um direito fundamental e factor essencial para o desenvolvimento social.

O ordenamento territorial foi outro aspecto destacado como um êxito considerável:

“A nível das localidades, só temos uma que não foi parcelada. Também houve avanços na construção de estradas, apesar dos desafios da época chuvosa” (Entrevistado 3, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 8h30).

A organização espacial das comunidades melhora a circulação, o saneamento e a segurança, além de reforçar o sentimento de pertencimento e cidadania entre os moradores. Entretanto, os desafios

climáticos, como as dificuldades de trânsito na época das chuvas, mostram que ainda há obstáculos significativos a superar, indicando a necessidade de soluções urbanas integradas e sustentáveis.

O acesso à água potável, essencial para a saúde pública, também teve avanços notáveis com a ampliação dos sistemas de abastecimento:

“Em 2015 já tínhamos cinco sistemas, que têm contribuído bastante para atender às necessidades da comunidade, embora o crescimento populacional exija um planejamento contínuo” (Entrevistado 3, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/2025, 8h30).

Esse progresso reduz a incidência de doenças relacionadas à água contaminada, como diarreia, e reforça a importância de alinhar o desenvolvimento urbano com a capacidade de oferta de serviços básicos, especialmente em contextos de rápido crescimento demográfico.

Em síntese, os depoimentos apontam para avanços substanciais, embora localizados e ainda insuficientes para garantir universalidade nos impactos. A electrificação e a democratização da informação ampliam as possibilidades económicas e sociais; a construção de escolas próximas promove inclusão; o ordenamento territorial melhora a organização urbana; e a ampliação de sistemas de abastecimento de água fortalece a saúde pública.

Sob a perspectiva do desenvolvimento endógeno (Barquero, 2002), esses progressos indicam uma base crescente para o desenvolvimento local, integrando infraestrutura física, empoderamento social e governança territorial. Contudo, o carácter parcial e desigual desses impactos evidencia a necessidade de aprimorar a coordenação institucional, ampliar recursos e fortalecer a participação social. O desafio maior reside em transformar essas conquistas pontuais em processos contínuos, democráticos e inclusivos, capazes de enfrentar as vulnerabilidades socioeconómicas e ambientais que ainda persistem em Boane.

4.5.1.4. Indicadores de avaliação e mecanismos de monitoria: entre o formalismo e os resultados concretos

O processo de monitoramento e avaliação do PEDD em Boane revela um sistema formalmente estruturado, mas que enfrenta limitações significativas na captura das transformações sociais e do

impacto real das acções implementadas. Os mecanismos actualmente utilizados pelos implementadores privilegiam indicadores quantitativos e físicos, enquanto aspectos qualitativos, como a percepção da população, a sustentabilidade das intervenções e os efeitos a médio e longo prazo, permanecem pouco explorados e insuficientemente incorporados às avaliações.

Um dos entrevistados expressa essa organização formal do sistema avaliativo:

“Temos relatórios trimestrais e semestrais. Medimos o número de escolas construídas, ligações eléctricas feitas, e também o impacto percebido pelas comunidades”
(Entrevistado 4, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 12h30).

Este relato aponta para um modelo de monitoramento baseado em relatórios regulares e indicadores concretos, como a contagem de infraestruturas construídas e conexões realizadas. Tal formalismo é indispensável para assegurar transparência na execução dos recursos públicos e satisfazer as exigências administrativas dos parceiros de desenvolvimento e do governo central. Contudo, a referência ao impacto percebido pelas comunidades é vaga e não deixa clara se essa dimensão qualitativa é captada de maneira sistemática e rigorosa, indicando uma fragilidade na incorporação da voz e da experiência dos beneficiários.

A prevalência de métricas quantitativas, muitas vezes centradas em produtos tangíveis, reforça críticas frequentes na literatura sobre avaliação de políticas públicas. Tais críticas destacam que um foco exclusivo em dados numéricos pode invisibilizar as complexidades das transformações sociais, a qualidade de vida dos beneficiários e as mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento sustentável. Embora o monitoramento de entregas físicas seja necessário, ele não é suficiente para medir os verdadeiros resultados sociais e económicos das intervenções.

Outro entrevistado contribui trazendo uma distinção conceptual relevante para o aprimoramento do sistema avaliativo:

“Existem sim, temos indicador de produto e indicador de resultado. No indicador de produto conseguimos ver quantas escolas e centros de saúde foram construídos e no indicador de resultado é o impacto que essas construções têm. Por exemplo, construir um sistema de abastecimento de água em Mulotana é um indicador de produto, mas medir o

impacto é olhar se o sistema consegue suprir as necessidades da comunidade e como era antes da construção” (Entrevistado 7, Instituto Industrial e de Computação Armando Guebuza, 12/4 2025, 10h00).

Essa diferenciação entre indicadores de produto e indicadores de resultado é essencial para garantir uma avaliação mais abrangente e eficaz. Enquanto o indicador de produto mensura as entregas concretas, fáceis de quantificar e reportar, o indicador de resultado busca avaliar os efeitos reais dessas entregas na vida das comunidades. A experiência prática, no entanto, indica que os sistemas de monitoramento tendem a privilegiar os indicadores de produto, dada a simplicidade de mensuração e apresentação nos relatórios oficiais. Já a medição dos resultados, que envolve percepções subjectivas e impactos indirectos, demanda metodologias participativas e instrumentos qualitativos, ainda pouco utilizados em Boane, conforme apontam as limitações na participação comunitária.

Outro depoimento revela uma concepção mais pragmática e social do que constitui um indicador válido de desenvolvimento:

“O indicador que usamos é o seguinte: se temos uma família que não tem água, energia e tem casa de pau a pique, à medida que eliminamos estas casas e conectamos as famílias à rede elétrica, isso é um indicador de desenvolvimento” (Entrevistado 3, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025,8h30).

A visão supracitada enfatiza a melhoria das condições básicas de vida como medida fundamental do desenvolvimento, valorizando indicadores que traduzem ganhos concretos e imediatos no quotidiano das famílias. No entanto, essa abordagem enfrenta o desafio da sustentabilidade a médio e longo prazo. A simples conexão à rede elétrica ou a substituição de moradias precárias não garantem que as condições de vida se mantenham melhores se não houver continuidade nas políticas públicas, manutenção das infraestruturas e articulação com outras dimensões, como geração de renda e acesso a serviços públicos de qualidade.

Em síntese, a distinção entre indicadores de produto e indicadores de resultado, reconhecida pelos implementadores, é um avanço importante para o aprimoramento do monitoramento. Todavia, há uma prevalência do foco nas entregas físicas, em detrimento da avaliação dos efeitos sociais e

económicos duradouros. Ademais, a limitada participação comunitária no processo avaliativo dificulta a incorporação da perspectiva dos beneficiários e o ajuste dinâmico das políticas públicas, essenciais para garantir que o PEDD atinja seu objectivo de promover um desenvolvimento local sustentável e inclusivo.

4.6. Adequação das estratégias do PEDD às necessidades reais da comunidade na perspectiva dos beneficiários

A análise segundo os beneficiários permite compreender como a população percebe e experiencia as acções do PEDD, avaliando a sua adequação às necessidades locais. Para guiar a discussão, foram definidas três dimensões, (i) Avaliação geral da eficácia e impactos do PEDD: percepções de progresso e desigualdades locais, (ii) Percepções populares sobre o plano: benefícios visíveis e frustrações silenciadas, (iii) Distância entre promessas do plano e sua concretização na prática e (iv) Avaliação da eficácia das acções implementadas: entre resultados concretos e expectativas da comunidade.

4.6.1. Avaliação geral da eficácia e dos impactos do PEDD: percepções de progresso e desigualdades locais

Nesta subsecção, analisa-se a forma como os beneficiários do PEDD no distrito de Boane avaliam, de maneira geral, a eficácia e os impactos das acções implementadas. A partir das suas percepções, torna-se possível compreender o grau de satisfação com os resultados alcançados, bem como os principais factores que influenciam a credibilidade e a aceitação do plano nas comunidades locais.

A avaliação do PEDD pelos beneficiários revela um panorama ambivalente. De um lado, nota-se o reconhecimento de avanços concretos em áreas como educação, energia, abastecimento de água, pavimentação de ruas e expansão da rede de serviços básicos. De outro lado, surgem críticas relacionadas à limitação da cobertura territorial, à morosidade na execução e à falta de correspondência entre o que foi prometido e o que foi efectivamente entregue. Essa combinação gera tanto esperanças quanto frustrações.

Em várias comunidades, os entrevistados reconheceram melhorias significativas, especialmente com a construção de escolas, o que responde a uma carência histórica e tem impacto directo na vida das famílias. Um dos entrevistados afirmou:

“Tem coisas boas, sim, a escola, a luz, mas parece que só fizeram para algumas zonas. A minha ainda está à espera ” (Entrevistado 12, Mulotana, 14/4/ 2025, 8h00).

Esse testemunho mostra que, mesmo diante de melhorias concretas, a percepção de desigualdade territorial permanece. Quando certos bairros são beneficiados em detrimento de outros, instala-se um sentimento de exclusão, mesmo entre aqueles que valorizam os avanços obtidos.

Por outro lado, há quem avalie o plano com maior cepticismo, apontando a distância entre o discurso oficial e a realidade vivida. A frustração é reforçada quando acções prometidas não saem do papel, como relatado neste depoimento:

“Não dou nota alta, porque prometeram hospital e até hoje nem começou. Ficou só no papel ” (Entrevistado 9, Centro de Saúde de Boane, 13/4/2025, 13h00).

Esta ausência de materialização das promessas compromete a confiança no plano e nas instituições envolvidas. A população tende a interpretar essa desconexão como falta de seriedade, de transparência ou até de respeito às suas necessidades mais urgentes.

Apesar das críticas, há também um reconhecimento do potencial transformador do PEDD, desde que se melhore a forma de execução e se cumpram efectivamente os compromissos assumidos. Como afirmou um participante:

“Acho que o plano tem potencial, se houver mais fiscalização e menos promessas falsas ” (Entrevistado 4, Escola Primária de Vonguine, 12/4/ 2025, 12h00).

Esse posicionamento demonstra que a população não é indiferente às iniciativas do governo. Pelo contrário, existe uma expectativa activa de que os planos de desenvolvimento tragam mudanças reais, sustentáveis e abrangentes. Para que isso ocorra, os cidadãos sugerem maior fiscalização, continuidade e justiça na distribuição das acções.

A avaliação geral da eficácia do PEDD em Boane reflecte tanto os impactos positivos das acções já implementadas quanto os desafios persistentes na sua execução. A percepção de desigualdade na distribuição dos benefícios e de promessas não cumpridas afecta directamente a legitimidade do plano para as comunidades. Essa legitimidade mostra-se, assim, estreitamente ligada às experiências concretas das populações com os resultados alcançados, neste sentido, as diferentes vivências, que oscilam entre satisfação e frustração, revelam como o desenvolvimento é interpretado localmente. Essa abordagem vai de acordo com a concepção de desenvolvimento como um processo multidimensional, defendida por Dos Santos (2013), que enfatiza uma vida de qualidade, aferida tanto por padrões objectivos, quanto pela percepção subjectiva das comunidades. Assim, a avaliação do PEDD deve considerar não apenas resultados concretos, mas também o impacto sentido pelos beneficiários na sua vida quotidiana.

4.6.2. Percepções populares sobre o PEDD: benefícios visíveis e frustrações silenciadas

Nesta subsecção, procura-se compreender como a população beneficiária do PEDD no distrito de Boane percebe os impactos do plano nas suas comunidades. A análise evidencia uma convivência entre o reconhecimento dos benefícios visíveis e o sentimento de frustração diante de acções interrompidas ou promessas não cumpridas.

A população destaca como avanço a construção de escolas próximas às comunidades, o que facilita o acesso das crianças à educação e reduz os riscos associados à distância, sobretudo para os mais novos.

*“Construção de escolas mais perto da comunidade, ajuda muito, sobretudo, às crianças das classes iniciais, que deixarão de galgar longas distâncias para chegar à escola”
(Entrevistado 8, Escola Primária do Fiche, 12/4/ 202).*

A expansão da rede eléctrica também é apontada como um benefício transformador, com impacto directo sobre a vida económica e doméstica da população. O acesso à energia representa uma nova possibilidade para pequenos empreendimentos e melhoria da qualidade de vida.

“A energia é muito boa. Com ela o homem consegue fazer muita coisa, abre a mercearia, abre uma serralharia, praticamente tudo precisa de energia ” (Entrevistado 11, Guegue, 13/4/ 2025, 14h00).

Contudo, o entusiasmo com esses progressos é moderado por uma percepção generalizada de desigualdade na implementação das acções. Nem todos os bairros foram abrangidos, e há reclamações sobre a paralisação de certas iniciativas e a ausência de explicações por parte das autoridades.

“A água chegou, mas não chegou para todos... Disseram que iam expandir, mas não vimos mais nada ” (Entrevistado 7, Mulotana, 10/4/2025, 8h00).

As percepções populares sobre o PEDD em Boane revelam avanços concretos, mas também expõem limites significativos. O reconhecimento das melhorias não elimina a frustração gerada pela descontinuidade e pela falta de transparência. A população valoriza aquilo que é visível e vivido, mas cobra maior equidade na distribuição dos benefícios e um acompanhamento mais próximo das acções. A confiança nas políticas públicas, neste contexto, depende não apenas da sua execução física, mas da coerência entre o prometido e o cumprido. Essa abordagem vai de acordo com a concepção de desenvolvimento como um processo social integrado, defendida por Cardoso e Falleto (2020), que envolve não apenas o crescimento económico, mas também transformações nas relações sociais e na estrutura das comunidades.

4.6.3. Distância entre as promessas do plano e a sua concretização na prática

Nesta subsecção, analisam-se as percepções dos beneficiários sobre a relação entre o plano apresentado e a sua efectiva execução no distrito de Boane. As falas revelam que, embora tenham sido feitas promessas ambiciosas, muitas acções não se concretizaram como o esperado, gerando frustração, desconfiança e uma reinterpretação crítica da actuação institucional.

Muitos entrevistados identificam diferenças entre o que foi apresentado nos planos e o que, de facto, foi implementado. A promessa da construção de determinadas infraestruturas, como piscinas, lanchonetes, dormitórios para professores ou hospitais foi percebida por diversos beneficiários como não cumprida, o que compromete a credibilidade do processo.

“Nem tudo que prometeram fizeram. Prometeram piscina, prometeram construir hospital aqui, mas ainda não construíram ” (Entrevistado 12, Mulotana, 15/4/2025, 8h00).

Outros depoimentos apontam para a execução parcial de obras, com abandono de materiais ou atraso significativo na sua finalização. O exemplo das vias de acesso é frequentemente citado como um caso em que os materiais foram colocados, mas a obra ficou por concluir.

“Sim, vias de acesso, colocaram os materiais lá, mas as estradas estão em péssimas condições ” (Entrevistado 5, Centro de Saúde de Boane, 8/4/ 2025, 14h40).

Apesar dessas críticas, alguns beneficiários adoptam uma postura mais compreensiva, reconhecendo os avanços e atribuindo os atrasos ou mudanças de plano a factores contextuais, como decisões políticas ou limitações técnicas.

“Provavelmente não esteja assim tão informado, porque não vi o próprio plano, mas sinto que sim, porque inicialmente seria um instituto médio, mas mudaram e ficou só uma escola secundária. Acho que perceberam que já havia institutos na região e decidiram dar prioridade ao que mais faltava ” (Entrevistado 11, Gueguegue, 13/4/ 2025, 13h00).

As falas dos beneficiários mostram que o desenvolvimento, não se resume apenas às obras concluídas. Há uma percepção clara de descompasso entre o que foi prometido e o que realmente chegou até à comunidade. Quando há descompasso entre discurso e prática, o sentimento predominante é de desilusão. Ainda assim, há quem valorize o que foi feito, mesmo que de forma parcial, mantendo alguma esperança de continuidade futura.

A análise demonstra que existe uma percepção difusa, porém significativa, de que há distância entre o planejado no PEDD e a sua concretização no terreno. Muitos beneficiários denunciam a não execução de infraestruturas prometidas ou obras abandonadas, o que contribui para uma erosão da confiança institucional. No entanto, a presença de discursos mais conciliadores, que reconhecem os desafios operacionais e algumas realizações, indica que a legitimidade do plano ainda pode ser resgatada, desde que haja maior transparência, continuidade das acções e envolvimento directo da comunidade nos processos de decisão e monitoria, princípios estes defendidos por Barquero (2002), na sua abordagem de desenvolvimento endógeno.

4.6.4. Avaliação da eficácia das acções implementadas: entre resultados concretos e expectativas da comunidade

Nesta subsecção, pretende-se compreender como os beneficiários do PEDD no distrito de Boane avaliam a eficácia das acções implementadas ao longo do tempo. A partir dos testemunhos recolhidos durante as entrevistas, busca-se interpretar como a população local percebe os efeitos concretos dessas intervenções em seu quotidiano.

De maneira geral, nota-se que os entrevistados têm opiniões distintas, que oscilam entre o reconhecimento dos benefícios, a crítica pela lentidão ou falta de cobertura total, e a frustração diante de promessas não cumpridas. Essa diversidade aponta para uma realidade complexa, em que os impactos das acções do PEDD são sentidos de maneira desigual, tanto no tempo quanto no espaço. Um dos entrevistados expressa uma posição moderada. Ele reconhece que houve avanços, mas relativiza a eficácia devido a factores estruturais e contextuais:

“Sinto que sim, até imaginávamos já ter sido respondido na totalidade, mas parece que não, parece que precisamos um pouco mais daquilo que somos, daquilo que temos. Na área da educação, temos ainda alunos que percorrem longas distâncias para encontrar uma escola secundária. Mas isso deve-se ao crescimento demográfico, as pessoas saem da cidade para cá e outra questão é a instabilidade política, começamos a receber alunos de diversas províncias e isso acaba criando um embaraço naquilo que são os projectos ”
(Entrevistado 7, Mulotana, 10/42025,8h00).

Neste caso, a avaliação da eficácia está associada a uma percepção dinâmica do território. O depoimento aponta que as acções do PEDD até podem ter sido suficientes num primeiro momento, mas já não respondem ao novo contexto, marcado por crescimento populacional e deslocamentos internos. Isso mostra que a eficácia não é estática, ela precisa ser continuamente ajustada à realidade social em transformação.

Por outro lado, há casos em que a experiência é vivida de forma negativa, com forte insatisfação. Um exemplo é o depoimento abaixo, que demonstra frustração e baixa expectativa em relação às acções do plano:

“Na escala de 0-10, dou 2, então são péssimas, a comunidade não está satisfeita ”
(Entrevistado 1, Escola Secundária Felipe Jacinto Nhusy, 5/4 2025, 13h35).

Esse tipo de avaliação mais dura revela a distância entre o que foi planejado e o que efectivamente chegou à população. A baixa nota atribuída expressa não apenas uma crítica à execução, mas também um sentimento de abandono ou de promessas não cumpridas. É provável que em zonas como a deste entrevistado, as acções tenham sido escassas ou de baixa qualidade, o que compromete a credibilidade da intervenção pública.

Já o depoimento a seguir oferece uma perspectiva mais equilibrada, reconhecendo avanços, mas também limitações no processo:

“Muito boa, positiva, mas uma questão, por trás das salas temos campo, então pedimos para não colocar vidros, pedimos com que colocassem uma rede de ferro, mas não foi possível. Mas a comunidade está satisfeita. Eles não conseguiram o que nós queríamos, mas nós como escola temos o fundo de apoio directo de escolas, onde cada escola tem 30%, então esses 30% é mesmo para reparação das escolas, então cabe a nós cumprirmos com o nosso desejo que não foi feito” (Entrevistado 3, Escola Primária do Fiche, 6/4/ 2025, 8h00).

Esse depoimento mostra que a eficácia também pode ser negociada e reconstruída localmente. Apesar da acção do PEDD não ter correspondido integralmente às expectativas, a comunidade encontrou formas de complementar os resultados por meio de outros recursos disponíveis. Trata-se de uma visão que combina crítica com agência comunitária, evidenciando a capacidade de adaptação e gestão local frente às lacunas do plano.

A análise dos depoimentos evidencia que a avaliação da eficácia das acções do PEDD em Boane não é homogênea. Enquanto alguns reconhecem os avanços obtidos, outros revelam descontentamento com a cobertura parcial ou com a falta de resposta às reais necessidades locais. Factores como crescimento demográfico, disparidades territoriais e participação comunitária influenciam directamente essa percepção. A eficácia, nesse sentido, precisa ser entendida não apenas como entrega de infraestruturas ou serviços, mas como a capacidade dessas acções gerarem mudanças significativas, sustentáveis e percebidas como justas pelas populações. Para isso, é

fundamental fortalecer os mecanismos de escuta, acompanhamento e corresponsabilidade entre implementadores e beneficiários, elementos estes considerados essenciais por Machaieie (2012), na sua abordagem sobre ajuda externa como desenvolvimento alternativo para garantir que as acções implementadas tenham impacto real na sociedade.

A análise das percepções dos beneficiários e implementadores do PEDD em Boane revela que, embora haja avanços em áreas como educação, electrificação e abastecimento de água, persistem desafios significativos como desigualdade territorial, atrasos na execução e discrepâncias entre o que foi prometido e o que foi executado. Esses contrastes geram sentimentos frustração e desconfiança, afectando a legitimidade do plano. Os resultados mostram que a eficácia do PEDD é associada não só à entrega de infraestruturas, mas à sua capacidade de adaptação às mudanças locais, o que requer mais transparência, continuidade e participação comunitária.

4.7. Desafios na implementação do PEDD no distrito de Boane

Esta subsecção aborda os desafios enfrentados na implementação do PEDD no distrito de Boane, considerando factores institucionais, operacionais e estruturais que impactam a execução do plano. A análise considera duas perspectivas, a dos implementadores, que experienciam os obstáculos no planeamento e execução das acções, e a dos beneficiários, que percebem efeitos desses desafios na vida quotidiana. Para efeitos de sistematização, a discussão é organizada em duas partes, a primeira aborda a visão dos implementadores e a segunda, a dos beneficiários.

4.7.1. Desafios na implementação do PEDD no distrito de Boane na perspectiva dos implementadores

A análise, na perspectiva dos implementadores, permite identificar os principais obstáculos que dificultam a execução do PEDD e as estratégias adoptadas para superá-los. Para guiar a análise, foram definidas três dimensões, (i) Desafios institucionais e operacionais na implementação do PEDD, (ii) Barreiras específicas e a relação com parceiros na implementação do PEDD e (iii) Medidas de superação de obstáculos na implementação do PEDD.

4.7.1.1.Desafios institucionais e operacionais

A implementação do PEDD em Boane enfrenta desafios que vão além da simples execução técnica, reflectindo questões estruturais e sociais que afectam o avanço do desenvolvimento local. A análise das entrevistas com os implementadores revela três aspectos centrais, a nomear: a limitação financeira, o impacto da reorganização territorial e a pressão demográfica acelerada.

A insuficiência de recursos financeiros aparece como o principal factor limitador do PEDD. Essa realidade não apenas restringe o alcance das acções planeadas, mas também afecta directamente a motivação dos actores envolvidos, como destaca o segundo entrevistado:

“O grande desafio, para falar a verdade, é a falta de fundos, o orçamento é um calcanhar de Aquiles porque nem tudo foi alcançado a 100%. Ainda existem desafios e esse orçamento contribui para a insatisfação dos professores. Até agora as dívidas de horas extras de 2022 não foram todas pagas, e isso afecta a motivação no sector da educação ”
(Entrevistado 1, Escola Secundária Felipe Jacinto Nhusy, 5/4/ 2025, 13h35).

Essa declaração evidencia que a falta de recursos pode comprometer a motivação dos actores envolvidos, como professores, e em consequência influenciar a qualidade de serviços públicos. não é um mero problema administrativo, mas tem um impacto humano profundo, reflectindo na qualidade dos serviços públicos. Embora não se possa afirmar uma relação automática entre orçamento limitado e desempenho educacional ou desenvolvimento local, observa-se que a falta de fundos cria condições que dificultam a execução das acções planeadas, podendo afectar o desenvolvimento do distrito.

A baixa participação do sector privado no financiamento do desenvolvimento local indica um desafio adicional na mobilização de recursos e parcerias para sustentar o plano. O rápido crescimento demográfico do distrito de Boane cria uma demanda crescente e contínua por serviços públicos e infraestruturas, que ultrapassa as capacidades inicialmente previstas no PEDD. Como destaca o seguinte entrevistado:

“A questão da exequibilidade orçamental é crucial. O governo não tem orçamento suficiente para implementar o projecto, o que cria um constrangimento. O rápido

crescimento demográfico também dificulta a adequação das infraestruturas às necessidades da população” (Entrevistado 3, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 8h30).

Essa pressão populacional revela um descompasso entre o planeamento e a realidade local, onde as projecções demográficas tornam-se rapidamente obsoletas, o que exige revisões e adaptações constantes. Isso impõe um desafio para os implementadores, que precisam equilibrar as limitações financeiras com as necessidades crescentes da população. A falta de flexibilidade orçamental e institucional torna essa tarefa ainda mais difícil, evidenciando assim, a necessidade de mecanismos mais dinâmicos de planeamento e revisão.

Em suma, a implementação do PEDD no distrito de Boane é um processo marcado por desafios estruturais que vão desde a insuficiência orçamental até a complexidade das transformações territoriais e demográficas. A fragilidade fiscal, agravada pela perda de receitas e pela limitada participação do sector privado, evidencia a necessidade de reformas institucionais que promovam maior solidariedade fiscal e mecanismos de financiamento mais diversificados. Ao mesmo tempo, o rápido crescimento populacional impõe a necessidade de modelos de planeamento mais flexíveis, que considerem não apenas as metas quantitativas, mas também a qualidade e a sustentabilidade dos serviços oferecidos. Estes problemas, como observa Fontes (2022), reflectem um quadro de dependência que reduz a autonomia do Estado e fragiliza suas instituições, tornando mais difícil responder de forma eficaz às necessidades locais.

4.7.1.2.Barreiras específicas e a relação com parceiros na implementação do PEDD

A análise dos depoimentos dos implementadores do PEDD no distrito de Boane revela que a cooperação com parceiros externos é uma peça-chave para a execução das acções previstas no plano. De maneira geral, constatou-se que, embora existam limitações financeiras significativas, a colaboração e a comunicação entre os actores locais e os parceiros ocorrem de forma eficaz e sem entraves que comprometam directamente a implementação.

Essa articulação positiva é evidenciada pela percepção dos entrevistados, que destacam o fluxo contínuo de informações e o alinhamento das actividades entre as partes envolvidas. O facto de não haver barreiras explícitas na gestão dos recursos ou na coordenação das acções indica que os

parceiros têm assumido um papel de suporte relevante, proporcionando conhecimento, recursos técnicos e financeiros que ampliam a capacidade operacional do distrito.

“A colaboração existe, não há nenhuma actividade que o parceiro faz que nós não temos conhecimento, há esta interligação, há esta comunicação, o único factor é as finanças que nós não temos, mas os parceiros em termos de actividades que eles planificam têm nos informado, então não existe barreiras na colaboração com os actores externos, apenas o orçamento que não é suficiente” (Entrevistado 6, Centro de Saúde de Boane, 9/4 2025, 14h00).

Tal situação sugere um ambiente de cooperação transparente e de confiança mútua, essencial para que os projectos possam avançar mesmo diante dos desafios orçamentais. Isso demonstra que os actores institucionais locais reconhecem o valor estratégico das parcerias e se empenham em manter canais abertos de comunicação, evitando assim o isolamento institucional que muitas vezes compromete a eficácia de programas de desenvolvimento. Entretanto, embora a colaboração em si não seja considerada uma barreira, os entrevistados apontam que as restrições financeiras persistem como o principal limitador para a execução plena das actividades. Essa insuficiência orçamental afecta directamente a capacidade do distrito de absorver e potencializar os recursos externos, limitando a amplitude e a profundidade das intervenções

A análise dessa percepção evidencia que, embora a relação com parceiros externos funcione de forma eficiente, ela não elimina a vulnerabilidade financeira do distrito. Ao contrário, a dependência fica mais evidente, criando uma situação em que as decisões locais podem ficar condicionadas às prioridades e exigências dos parceiros, como um dos entrevistados ilustra:

“Bom, esses desafios podem existir mas não têm impacto muito grande, a não ser aqueles desafios muito transversais, por exemplo, quando começou a construção de escolas, certamente que para eles, os financiadores externos para poder disponibilizar este valor tinham suas exigências, para nós fornecemos apoio devem fazer isso, por exemplo, as passagens automáticas actuais não foi uma exigência do governo, foi uma exigência do fornecedor só que outra coisa que não me deixa satisfeito, é a falta de transparência dos

recursos, mas não é um problema abrangente” (Entrevistado 2, Secretaria Distrital de Boane, 4/4/ 2025, 16h00).

Esse aspecto reforça a ideia de que a autonomia do distrito é relativa, pois embora a cooperação funcione bem no plano operacional, há limitações estratégicas impostas pela dependência financeira. Como também, a falta de transparência mencionada sobre a gestão dos recursos pode gerar desconfiança e reduzir a eficiência do uso dos fundos, o que configura uma barreira indirecta à boa governança e à prestação de contas do processo.

Este quadro destaca que, para além dos aspectos técnicos e administrativos, o sucesso do PEDD depende também da negociação contínua entre as expectativas locais, as condições financeiras reais e as imposições dos parceiros externos. A sustentabilidade das acções requer, portanto, não apenas boa cooperação, mas também estratégias para ampliar a capacidade financeira do distrito, reduzir a dependência externa e promover maior transparência na gestão dos recursos. Por fim, o diálogo aberto com parceiros externos pode ser considerado um ponto forte a ser consolidado e ampliado, conforme evidencia Machaieie (2012) na sua abordagem sobre ajuda externa como desenvolvimento alternativo.

4.7.1.3. Medidas de superação de obstáculos na implementação do PEDD

A análise dos depoimentos dos implementadores do PEDD no distrito de Boane revela que, diante dos desafios estruturais e financeiros enfrentados ao longo do processo de execução, foram adoptadas diversas estratégias práticas de superação, ainda que nem sempre formalizadas em ajustes no plano original. O que se constatou foi um movimento constante de adaptação e reinvenção por parte dos gestores locais, orientado tanto por limitações orçamentais quanto por uma postura pragmática diante das necessidades emergentes.

Uma das principais estratégias adoptadas foi a priorização de acções de baixo custo ou com potencial de serem executadas com recursos internos ou doações não formais. Essa decisão reflecte uma tentativa de manter viva a operacionalização do plano, mesmo em contextos de escassez financeira, como ilustra o seguinte depoimento:

“Bem, nós optamos por aquelas actividades que não tem muito custo, que é possível executar sem nenhum custo. Não houve ajustes no plano, continuamos a trabalhar com aquelas metas, mas buscamos aquilo que é fazível naquele período” (Entrevistado 5, Secretaria Distrital de Boane, 5/4/2025, 12h00).

Essa prática mostra uma flexibilidade tática, embora o plano original tenha permanecido formalmente intacto, na prática houve uma redefinição implícita de prioridades, com foco no que era viável naquele momento. Essa abordagem pragmática permitiu alguma continuidade das acções, ainda que sem alcançar o escopo inicialmente proposto.

Outra medida importante foi a mobilização de novos parceiros e do sector privado para apoio na execução das actividades. A busca por alternativas de financiamento externo foi essencial para contornar a insuficiência dos recursos alocados inicialmente pelo Estado. Um dos entrevistados exemplifica essa lógica, descrevendo a necessidade de redimensionamento dos custos para viabilizar certas metas, conforme demonstrado no seguinte depoimento:

“Pedimos ajuda a outros parceiros e empresários, quanto aos ajustes, houve ajustes na parte orçamental, quando planificamos e precisamos de 30 milhões para a construção de uma escola e eles dizem que é muito, não temos opção a não ser reduzir” (Entrevistado 8, Secretaria Distrital de Boane, 15/4/2025, 16h00).

Este relato mostra que, embora o plano não tenha sido formalmente revisto, os ajustamentos foram inevitáveis na prática. A meta inicial de construção de uma escola, por exemplo, foi mantida como objectivo geral, mas os recursos, os métodos e até o padrão de execução sofreram alterações. Isso evidencia a presença de uma flexibilidade adaptativa informal que permitiu alguma margem de manobra, mesmo em situações adversas.

Os entrevistados também mencionaram um processo de reinvenção institucional e funcional, em que os técnicos passaram a focar nas áreas em que possuíam maior competência técnica ou recursos já disponíveis. Contudo, é importante observar que essa flexibilidade também resultou em certo desvio das metas originalmente previstas. Ainda que os entrevistados afirmem que o plano não foi alterado, admitem que, na prática, houve distanciamentos das orientações iniciais:

“Aqui praticamente nós nos reinventamos, nós focalizamos naquilo que estávamos tecnicamente habilitados para realizar, seja de forma directa ou indirecta, e formalmente não houve ajustes, mas ao longo da implementação podíamos ver que estávamos a nos desviar” (Entrevistado 7, Instituto Industrial e de Computação Armando Guebuza, 12/4/ 2025, 10h00).

Essa resposta revela uma capacidade de resiliência e inovação no interior da máquina administrativa local. Em vez de aguardar soluções externas ou esperar por condições ideais, os implementadores buscaram formas alternativas de dar continuidade às acções do PEDD. Isso denota uma apropriação prática do plano de desenvolvimento, onde a gestão se adapta às condições do território. Contudo, é importante observar que essa flexibilidade também resultou em certo desvio das metas originalmente previstas. Ainda que os entrevistados afirmem que o plano não foi alterado, admitem que, na prática, houve distanciamentos das orientações iniciais. Elementos estes que são considerados por Nipassa (2016), na sua abordagem de ajuda externa como desenvolvimento alternativo, como centrais no uso estratégico da ajuda externa, uma vez que, mesmo em contextos de dependência, a negociação, a articulação de interesses e a criatividade institucional permitem transformar limitações em oportunidades de acção social.

Conclui-se que, na implementação do PEDD em Boane, as medidas de superação dos obstáculos não seguiram, necessariamente, canais formais de revisão ou reestruturação documental. Em vez disso, os implementadores desenvolveram estratégias situacionais baseadas em flexibilidade, parcerias e aproveitamento dos recursos disponíveis, o que permitiu certa continuidade do plano, mesmo que parcialmente e com desvios. Essas acções reflectem não só limitações estruturais, mas também uma atitude proactiva e criativa por parte dos gestores locais frente às adversidades.

4.8. Desafios percebidos pelos beneficiários na Implementação do PEDD

A análise, segundo os beneficiários, permite compreender como os desafios na implementação do PEDD são percebidos pela população, especialmente em relação ao acesso a serviços e a participação comunitária. Para orientar a discussão, podem ser consideradas três dimensões, (i) Fragilidades estruturais e barreiras sociais na implementação do PEDD, (ii) Dificuldades na

execução do PEDD que impedem o sucesso do distrito: entre a falta de recursos e fragilidades de gestão e (iii) Medidas para melhorar a execução do PEDD e o seu impacto na comunidade.

4.8.1. Fragilidades estruturais e barreiras sociais

Nesta secção, pretende-se compreender os principais desafios enfrentados pelas comunidades locais do distrito de Boane no processo de implementação do PEDD. A partir das vozes dos próprios beneficiários, evidencia-se um conjunto de obstáculos que comprometem a eficácia e o alcance das acções previstas.

Os depoimentos revelam que a população convive com condições que dificultam a materialização dos objectivos do plano, como a falta de vias de acesso adequadas, problemas no abastecimento de água e energia elétrica, precariedade na rede de saúde, escassez de escolas, e o agravamento das desigualdades sociais. Surgem também dificuldades relacionadas à adesão das comunidades a certas iniciativas, especialmente as voltadas à educação, por conta da realidade de sobrevivência baseada na agricultura.

“Os maiores desafios enfrentados pela comunidade estão relacionados, primeiramente, às más condições das vias de acesso. Há também problemas significativos na saúde, pois os centros hospitalares não conseguem responder à demanda. Além disso a segurança é uma preocupação urgente. O sistema de abastecimento de água também apresenta deficiências, e muitas pessoas vivem carenciadas, evidenciando um desnível considerável nessas questões ” (Entrevistado 9, Centro de Saúde de Boane, 13/4/ 2025, 8h00).

O depoimento acima destaca um conjunto abrangente de problemas, desde as más condições das estradas até a precariedade dos serviços de saúde e água, somando-se à desigualdade social. Essa multiplicidade de fragilidades indica que o PEDD enfrenta dificuldades para responder simultaneamente às várias dimensões da exclusão social que afectam a comunidade. A referência ao desnível aponta para a persistência de desigualdades que nem sempre são levadas em conta na planificação centralizada.

“O que nos faz muita falta é hospital. Que tal acontecer à noite? A pessoa está grávida, não tem nada para a levar até ao hospital, é longe, como vai ser? ” (Entrevistado 2, Guegue, 8/4/ 2025, 12h30).

Este depoimento apresenta a ausência de serviços básicos para situações de emergência. O drama da distância até uma unidade de saúde no período noturno, especialmente no caso de uma mulher grávida, expõe a vulnerabilidade de grupos específicos da comunidade, como mulheres e crianças. A falta de resposta a situações críticas mina a confiança no sistema e evidencia uma falha estrutural na cobertura dos serviços de saúde no distrito.

“São vários desafios, esta é uma comunidade que vive da agricultura, pouco escolarizada, então quando sensibilizamos para dar continuidade aos estudos, à alfabetização, não há aderência. Segundo eles, a base de sobrevivência é a machamba, então não lhes sobra tempo ” (Entrevistado 10, Escola Primária de Vonguine, 13/4/ 2025, 9h30).

No excerto acima, percebe-se que há também um desafio comportamental e estrutural relacionado à inserção social. A baixa escolaridade e a dependência da agricultura de subsistência limitam a participação em programas educativos e dificultam a implementação de acções que exigem tempo, disponibilidade e recursos. A sobrevivência imediata se sobrepõe a projectos de longo prazo, o que cria um impasse entre o que é proposto pelo plano e o que é passível de ser absorvido pela população.

A análise revela que os desafios enfrentados na implementação do PEDD, no distrito de Boane, estão profundamente enraizados na realidade material e nas condições de vida da população. As falhas em áreas críticas como saúde, educação, acesso à água, energia e vias de comunicação dificultam a percepção de progresso por parte dos cidadãos e enfraquecem o impacto das acções planeadas. Além disso, a falta de sintonia entre a lógica da planificação e a realidade do quotidiano, como no caso dos agricultores que não aderem à alfabetização por falta de tempo, demonstra a necessidade de estratégias mais sensíveis à vivência local. Segundo a teoria da dependência (Cardoso e Falleto, 2010), tais desafios podem ser entendidos como resultado de estruturas históricas e relações de dependência económica que condicionam a capacidade de

desenvolvimento do distrito. Essa forma, a eficácia do PEDD depende não apenas da execução técnica das acções, mas também da adaptação das estratégias às condições concretas da população.

4.8.2. Dificuldades na execução do PEDD que impedem o sucesso do distrito: entre a falta de recursos e fragilidades de gestão

Nesta secção, examinam-se os principais obstáculos enfrentados na execução do PEDD de Boane, a partir das percepções dos beneficiários. A análise foca-se nas limitações que comprometem a realização efectiva das acções planificadas, revelando um conjunto de entraves operacionais e estruturais que têm impactado negativamente o desenvolvimento local.

As entrevistas evidenciaram que a execução dos projectos do PEDD, depende da disponibilidade de recursos, tanto internos quanto provenientes de parceiros externos. Os entrevistados relataram que, embora os projectos estejam previstos, nem sempre os recursos financeiros e materiais disponíveis são suficientes para viabilizar a execução das acções. Essa limitação, quando ocorre, provoca atrasos e frustração entre os residentes, que percebem que os compromissos assumidos sem sempre se concretizam.

“Enquanto não houver orçamento, liquidez, não há execução. Tudo planificado sem a liquidez do orçamento não é exequível. Como vai construir uma escola sem material, sem dinheiro para pagar empreiteiro? ” (Entrevistado 8, Escola Primária do Fiche, 12/4/2025, 14h00).

Este depoimento revela que a ausência de liquidez orçamental representa um bloqueio concreto à implementação das iniciativas. Mesmo com uma planificação detalhada, a falta de fundos torna inviável qualquer avanço no terreno.

Além disso, os entrevistados também destacaram a existência de obras que começam, mas não chegam ao fim, gerando dúvidas sobre a competência dos empreiteiros contratados ou mesmo sobre a integridade do processo de execução.

“Existem tantas obras que começaram e não tiveram fim. Não sei se é desejo sem dinheiro ou a própria planificação. Quero acreditar que seja falta de orçamento ou empreiteiro que

entrega o trabalho tardiamente ” (Entrevistado 9, Centro de Saúde de Boane, 13/4/ 2025, 13h00).

A interrupção de obras, como indicam os relatos, compromete não apenas a infraestrutura física esperada, mas também a confiança da comunidade nos programas de desenvolvimento. A dúvida sobre se o problema está na planificação ou na execução mostra a percepção de um sistema fragilizado.

Outro elemento recorrente nas falas é a desconfiança quanto à gestão dos recursos e à escolha dos responsáveis pela sua execução. Acredita-se que, muitas vezes, os fundos são canalizados para pessoas ou instituições inadequadas.

“Dinheiro é algo que engana, então depositaram nas mãos de pessoas inapropriadas ” (Entrevistado 7, Mulotana, 10/4/ 2025, 8h00).

Este depoimento evidencia uma preocupação com a integridade da gestão pública. A percepção de que os recursos nem sempre são aplicados de forma correcta gera dúvidas sobre a efectividade das acções de desenvolvimento, reduzindo a confiança da comunidade no PEDD e fragilizando a legitimidade do plano.

A análise das entrevistas demonstra que as dificuldades na execução do PEDD em Boane vão além de meras falhas administrativas pontuais. Revelam um padrão de limitações estruturais relacionadas à gestão de recursos, à capacidade de execução e à responsabilização. Essas barreiras afectam directamente a confiança da população e enfraquecem os objectivos do plano. Enfrentar esses desafios exige não apenas recursos financeiros, mas também um compromisso político com a transparência, o rigor na execução e o envolvimento activo da comunidade nos processos decisórios. Conforme apontam Baloi (2018) e Machaieie (2012), na sua abordagem desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento não pode se limitar à execução de projectos ou à recepção de apoio externo. É preciso considerar a apropriação local, a capacidade de gestão e a articulação entre diferentes actores, para que os benefícios sejam percebidos pelas comunidades.

4.8.3. Medidas para melhorar a implementação do PEDD e o seu impacto na comunidade

Nesta subsecção, analisam-se as propostas e recomendações dos beneficiários do PEDD no distrito de Boane sobre formas de melhorar a sua implementação e maximizar os seus efeitos positivos nas comunidades. Os dados revelam que os residentes não apenas reconhecem as limitações enfrentadas, como também apresentam sugestões concretas que reflectem um desejo de maior envolvimento, transparência e eficácia na gestão pública.

As entrevistas indicam que, para além do financiamento, é essencial que as comunidades sejam integradas nos processos de planificação e monitoria. A ideia de inclusão como forma de criar sentido de pertença e corresponsabilidade surge de forma recorrente nas falas. Há também um apelo por maior clareza nas acções do governo, permitindo à população acompanhar e cobrar a execução efectiva dos projectos.

“Para melhorar a implementação dos projectos, acho que a comunidade devia ser envolvida, porque assim se sentiriam parte do processo e poderiam contribuir no desenvolvimento local ” (Entrevistado 6, Gueguegue, 11/4/ 2025, 15h00).

Este depoimento evidencia que os beneficiários valorizam uma participação efectiva, que vai além das acções simbólica, tornando-se estruturada e contínua. A sensação de pertencimento, segundo eles, fortalece a colaboração nos projectos e estimula responsabilidade colectiva, incluindo a participação nos deveres cívicos e no acompanhamento da execução das iniciativas, como a contribuição fiscal.

Outro ponto recorrente é a necessidade de comunicação clara e contínua por parte das autoridades. A transparência na disponibilização de informações sobre os projectos, valores atribuídos e responsáveis pela execução é vista como condição para um controlo social eficaz.

“Devia-se disponibilizar mais fundos e haver clareza, comunicar o que se quer fazer, que é para todos conseguirem controlar se a coisa está a sair ou não” (Entrevistado 4, Escola Primária do Fiche, 8/4 /2025, 17h00).

Este relato evidencia que a falta de informações impede que a população exerça qualquer tipo de fiscalização sobre os projectos. A percepção de que recursos são desviados ou mal aplicados está muitas vezes ligada à falta de dados acessíveis à população, criando um ambiente de desconfiança e desmotivação entre os cidadãos. Além disso, os entrevistados defendem que a planificação só deve ser realizada quando houver garantias concretas de financiamento, evitando promessas não cumpridas. Tal posicionamento reflecte uma postura pragmática e consciente em relação à gestão dos processos públicos.

“Antes de se planificar o melhor é garantir que tenha dinheiro, só assim pode-se traçar planos e em caso de incumprimento responsabilizar-se quem não cumprir ” (Entrevistado 8, Escola Primária do Fiche, 12/4/ 2025, 14h00).

O testemunho revela a exigência por maior responsabilidade na gestão pública. Não se trata apenas de executar projectos, mas de planeá-los com base em condições reais, e de assegurar mecanismos de responsabilização em caso de incumprimento.

As propostas apresentadas pelos beneficiários demonstram um entendimento dos desafios enfrentados na execução do PEDD. A população não se limita a apontar falhas, ela sugere soluções baseadas na inclusão, clareza, responsabilidade e realismo orçamental. Essas propostas revelam como as comunidades interpretam o desenvolvimento e quais elementos consideram essenciais para que os projectos tenham legitimidade e impacto social. Conforme defendem os autores (Baloi 2018, Machaieie 2012 e Moyo 2009), na sua abordagem de desenvolvimento alternativo, o envolvimento da comunidade fortalece a apropriação local, aumenta a legitimidade e o impacto social dos projectos, reduz a dependência de recursos externos e contribui para o desenvolvimento do território.

De modo geral, a análise das entrevistas com implementadores e beneficiários do PEDD no distrito de Boane evidencia que o processo de implementação foi marcado por dinâmicas internas relativamente funcionais, com algum nível de coordenação intersectorial, mas também por fragilidades na gestão de receitas e na mobilização comunitária. As acções implementadas reflectiram escolhas pragmáticas diante de limitações financeiras e operacionais, priorizando actividades de menor custo, parcerias locais e respostas emergenciais, ainda que muitas vezes

distantes do plano original. Os desafios enfrentados, como escassez de recursos, pressão demográfica e mudanças administrativas, comprometeram o ritmo e a eficácia das intervenções. Do lado dos beneficiários, prevalece o desconhecimento sobre o plano, a exclusão dos processos decisórios e a frustração com promessas não cumpridas, embora se observe interesse em participar e contribuir com soluções.

Considerações finais

No presente estudo, discutimos a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (PEDD) em Boane, com ênfase nas experiências dos implementadores e beneficiários envolvidos no processo. O objectivo geral da pesquisa foi analisar a correspondência entre o que foi inicialmente planejado no PEDD e o que efectivamente foi implementado, identificando as dinâmicas internas, os desafios contextuais e o grau de participação comunitária na execução das estratégias de desenvolvimento local.

Os resultados obtidos reforçaram a hipótese inicial de que a implementação do PEDD no distrito de Boane não alcança plenamente os objectivos estabelecidos, devido, principalmente, aos desafios contextuais comuns em países em desenvolvimento. Entre esses desafios, destacam-se a insuficiência de recursos financeiros, a burocracia excessiva, a fragilidade das instituições locais, a falta de continuidade em alguns projectos e a limitada articulação entre os diferentes níveis de governo e parceiros envolvidos. Esses factores comprometeram a efectividade das acções planeadas, o que dificultou a concretização dos impactos esperados para o desenvolvimento socio-económico do distrito.

No que diz respeito à participação comunitária, embora prevista como princípio fundamental no desenho do PEDD, constatamos que na prática essa participação é ainda incipiente, restrita a momentos específicos e sem profundidade que garanta o real engajamento da população nas decisões e execução das acções, gerando uma distância entre os actores locais e o processo de desenvolvimento, o que pode comprometer a sustentabilidade dos resultados e a apropriação social do plano. Observamos, assim, que existem esforços isolados para ampliar espaços participativos, ainda que estes careçam de maior institucionalização e legitimidade perante a comunidade.

As percepções dos implementadores revelam um cenário de esforços permanentes para superar as dificuldades, mas também apontam para limitações estruturais e operacionais que ultrapassam sua capacidade de intervenção directa. A dependência da ajuda externa aparece como um elemento ambíguo, que, por um lado, viabiliza recursos financeiros e técnicos indispensáveis, e por outro, impõe condicionantes e agendas externas que podem não reflectir integralmente as necessidades locais. Os beneficiários reconhecem os benefícios trazidos pelo PEDD, como melhorias em

infraestrutura, acesso a serviços básicos e algumas oportunidades de capacitação, mas também expressam insatisfação com a irregularidade e insuficiência das acções, além de manifestar o desejo por maior transparência, acompanhamento e envolvimento nos processos decisórios.

Do ponto de vista teórico, o estudo confirmou as críticas apontadas pela teoria da dependência, ao evidenciar como o PEDD, mesmo concebido para fortalecer o desenvolvimento local, ainda assim, o estudo indica que o PEDD permanece condicionado por factores externos que restringem sua autonomia e influenciam a eficácia das acções implementadas. Por outro lado, a teoria do desenvolvimento endógeno revelou-se como um horizonte possível, ao mostrar que algumas iniciativas locais, ainda que tímidas, apontam para o potencial da participação cidadã e da valorização dos recursos e saberes locais como caminho para uma transformação mais sustentável e enraizada.

Concluimos que, apesar dos avanços e das conquistas apontadas, a implementação do PEDD em Boane ainda se encontra aquém do alcance dos seus objectivos, especialmente no que diz respeito à transformação efectiva das condições sociais e económicas locais. O estudo evidenciou que para superar esses entraves é necessário um esforço articulado que envolva o fortalecimento das capacidades institucionais locais, a melhoria dos mecanismos de participação e controle social, como também, a adequação das acções às especificidades do contexto distrital e a redução da dependência externa por meio do incentivo de estratégias endógenas de desenvolvimento.

Por fim, ressaltamos que, embora esta pesquisa tenha sido de carácter exploratório e não tenha esgotado todas as possibilidades analíticas relativas à implementação do PEDD em Boane, ela oferece uma contribuição importante para a compreensão inicial desse processo complexo. Espera-se que os dados e análises apresentados possam servir de subsídio para o debate académico e estimular investigações futuras que ampliem o conhecimento sobre o desenvolvimento local em Moçambique, aprofundando a avaliação dos impactos sociais, económicos e institucionais do PEDD. Desta forma, esta investigação lança luz sobre as potencialidades e limitações da implementação do PEDD, destacando a necessidade de fortalecer a articulação entre actores locais e internacionais e construir um modelo de desenvolvimento que valorize a participação cidadã e a autonomia dos territórios.

Referências bibliográficas

Almeida, Í. (2021). *Metodologia do trabalho científico*. Ed. UFPE.

Barquero, A. (2002). *Endogenous Development*.

Cardoso, H; Falleto, E. (2010). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. 9(ed), Rio de Janeiro.

Castelo-Branco, C. (2011). *Dependência da Ajuda externa, Acumulação e Ownership*. IESE, Maputo.

Cortez, et al. (2019). *Custos e consequências das dívidas ocultas para Moçambique in Centro de Integridade Pública*.

Da Cruz, W. (2020). *Identificar soluções para diminuir a dependência económica externa de São Tomé e Príncipes*. (Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão aplicada). Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Évora.

Dias, V. (2013). *O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência*. (Dissertação de Mestrado em Relações internacionais e Estudos europeus). Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Évora.

Diaz, J. (2018). *Limites da cooperação internacional: O caso de Moçambique*. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário, n (24), pp. 44-64, Brasília.

Dos Santos (2023). *Reflexões breves em torno do conceito de desenvolvimento*. Évora.

Duarte, P; Gracioli, E. (n.d). *A teoria da dependência: Interpretações sobre o subdesenvolvimento na América Latina*.

Flack, H. (2021). *Doença holandesa em Moçambique?* In Agência Sueca de cooperação internacional para desenvolvimento.

Florentini, D; Lorenzatato, S. (2009) *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. 3ª Edição Revisada. Campinas.

Fontes, P. (2022). *Impacto da ajuda externa nas reformas políticas dos países africanos de renda baixa: O caso de Moçambique (1996-2016)*. (Tese de doutoramento em Relações internacionais). Universidade de São Paulo, Instituto de Relações internacionais, São Paulo.

GIL, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo.

Governo do distrito de Boane (2016). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital*. Disponível em pt.scribd.com

Mabucanhane, N. (2018). *Cooperação e investimento directo estrangeiro dos BRICS em Moçambique: Analise dos padrões de comportamento (2000-2014)*. (Tese de doutoramento em políticas publicas e formação humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro.

Machaieie, A. (2012). *Ajuda externa e redução de pobreza: Dinâmicas internas, impactos reais e percebidos*. (Monografia de licenciatura em Antropologia). Universidade Eduardo Mondlane: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo.

Manjate, B. (2011). *Dilemas da ajuda externa e da apropriação de políticas de combate ao SIDA em Moçambique: O caso do conselho nacional de combate ao SIDA 2008-2009* (Dissertação de Mestrado em governação e administração publica). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Moçambique.

Moraes, J. (2010). *O estatuto teórico da noção de dependência*.

Mosca, J; Nova, Y. e Aiuba, R. (2024). *Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique*. Observatório do Meio Rural.

Mateo, L. (2017). *Ajuda externa e a formulação da estratégia internacional dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001*. (Tese de doutoramento em Relações internacionais). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Relações internacionais, São Paulo.

Nhaúgo, R; Duque, E. (2024). *Redes e dinâmicas sociais: Transformações socioeconómicas em Moçambique no contexto de relações multilaterais*. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 28. Disponível em <https://doi.org/10.22633/rpge.v28i00.19155>

- Nipassa, O. (2016). *Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique. (Tese de doutoramento em estudos africanos)*. Instituto universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Lisboa.
- Oliveira, G. (2002). *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista FAE. 5 (2), 37-48, Curitiba.
- Oliveira, M. (2011). *Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração*, UFG.
- Pena, H. (2009). *O que é ajuda externa*. Revista discente do curso de pós-graduação em direito, 2 (1), Frianópolis.
- Prodonov, C; Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Rio grande do Sul, Brasil.
- Richardson, R. (2002). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3ª(ed), São Paulo: Atlas.
- Rosário, N et al. (2021). A extensão rural, agricultura e qualidade de vida: O caso de estudo dos agricultores do distrito de Boane.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- Tomesane, A. (2017). *Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial*. Revista Carta Internacional, v. 12, n. (1), 773-100, Belo Horizonte.
- Trivinos, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- United Nation Mozambique (2021). *Quadro de cooperação das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável de Moçambique entre 2022-2026*.

Anexos

Guião de entrevista

Guião de Entrevista para os Implementadores e Executores do PEDD

Perfil sócio demográfico dos entrevistados

- Cargo/ sector de actuação
- Tempo de actuação na implementação do PEDD

Descrever as dinâmicas internas do distrito de Boane na implementação do PEDD (2015-2024)

1. Como descreveria o papel das diferentes instituições (governo, ONGs, sociedade civil) na implementação do PEDD em Boane?
2. Quais são os mecanismos de participação utilizados para envolver a comunidade local nas decisões e na execução das acções do PEDD?
3. Em que medida a população local tem influência no desenvolvimento e na execução das estratégias do PEDD?

Avaliar se as acções previstas no PEDD foram efectivamente implementadas.

4. Quais das principais acções previstas no PEDD (consolidação da unidade nacional e paz; desenvolvimento do capital humano; promoção do emprego e competitividade; desenvolvimento de infraestruturas; gestão sustentável dos recursos naturais; boa governação e descentralização; equilíbrio macroeconómico) foram efectivamente implementadas no distrito de Boane?
5. Observou alguma diferença entre o que foi planeado no PEDD e o que foi realmente implementado? Quais são essas diferenças?
6. Na sua avaliação, quais dessas acções tiveram maior impacto no desenvolvimento do distrito? Por quê?
7. Existem indicadores ou ferramentas específicas para avaliar o progresso e os impactos das acções do PEDD em Boane? Quais são esses indicadores?

Identificar os principais desafios na implementação do PEDD.

8. Quais foram os maiores desafios enfrentados na implementação do PEDD em Boane?

9. Esses desafios impactaram de forma significativa o progresso das metas estabelecidas no plano? Se sim, de que maneira?
10. Existem barreiras específicas relacionadas à gestão de recursos ou à colaboração com actores externos (ONGs, sociedade civil, etc.)?
11. Quais medidas foram adoptadas para superar esses desafios e melhorar a execução do PEDD? Houve alguma mudança ou ajuste no plano inicial para contornar os obstáculos encontrados?

Guião de Entrevista para os Moradores de Boane

Perfil sócio demográfico dos entrevistados

- Tempo de residência
- Ocupação

Descrever as dinâmicas internas do distrito de Boane na implementação do PEDD (2015-2024)

1. Sabe o que é PEDD?
2. Já teve acesso a informações sobre o que está sendo planeado ou implementado no âmbito do PEDD? Se sim, como essas informações chegaram até si?
3. Há espaços ou mecanismos onde a população pode dar a sua opinião ou contribuir para a execução do PEDD?
4. Já teve alguma experiência ou envolvimento na implementação do PEDD?
 - Se sim, como descreve essa experiência?

Avaliar se as acções previstas no PEDD foram efectivamente implementadas.

5. Sabe quais são as principais acções ou projectos do PEDD que estão sendo implementados no seu distrito? Quais conhece?
6. Na sua opinião, quais dessas acções têm trazido mais benefícios para a sua comunidade?
7. Percebe alguma diferença entre o que foi prometido ou planeado no PEDD e o que está sendo realmente implementado? Se sim, quais são essas diferenças?
8. Como avaliaria a eficácia das acções implementadas até agora? Elas têm atendido às necessidades da sua comunidade?

Identificar os principais desafios na implementação do PEDD.

9. Na sua opinião, quais são os maiores desafios que a sua comunidade enfrenta em relação ao PEDD?
10. Acredita que existem dificuldades na execução do PEDD que podem estar impedindo o seu sucesso no distrito? Se sim, quais?
11. O que acha que poderia ser feito para melhorar a implementação do PEDD e o seu impacto na sua comunidade?

Termo de consentimento informado

Chamo-me Riana Da Lúvia Massango, e sou estudante do curso de Licenciatura em Sociologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Para culminação do referido curso, levo a cabo um estudo subordinado a análise do tema *Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: Um estudo de caso sobre as Dinâmicas internas e desafios no combate à erradicação da pobreza no distrito de Boane 2015-2024*. Nesta, está anexado um breve questionário com uma variedade de questões relacionadas com o tema já referenciado. Por conseguinte, o seu apoio na resposta das questões será de elevado apreço. Caso tenha alguma dúvida ou se quiser saber mais sobre o estudo, por favor não hesite em contactar-me através do massangoriana@gmail.com ou pelo seguinte contacto: +258 858265303.

A informação a ser recolhida destina-se, exclusivamente, à elaboração da monografia, uma das formas de culminação do curso de Licenciatura em Sociologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Se concorda em participar de forma voluntária no estudo, por favor assinale com X as frases abaixo:

Confirmo que li e percebi a informação que consta neste documento e concordo plenamente em participar do estudo em causa (___).

Tive a oportunidade de ponderar a respeito da informação aqui apresentada e de fazer perguntas a respeito das mesmas, e estas foram satisfeitas (___).

Entendo que a minha participação neste estudo é voluntária, confidencial e anónima e que sou livre de deixar de participar do mesmo a qualquer momento sem necessidade de apresentação de justificações, bem como não seja obrigado a responder todas as perguntas que me são colocadas (___).

Concordo plenamente com o destino (elaboração da monografia de licenciatura) que será dado a informação por mim facultada (___).

Assinatura: _____

Data: ____/____/2024



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CREDENCIAL N° 22/DRA-FLCS/ 2025

No âmbito da disciplina de Trabalho de Fim de Curso, credencia-se junto ao Posto Administrativo de Boane Sede, a Sr^a. **Riana Da Luvia Massango**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Sociologia, para realizar o trabalho de recolha de dados sobre o tema “Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: um estudo sobre dinâmicas internas e desafios na implementação do PEDD do distrito de Boane, 2015- 2024 ”

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 05 de Março de 2025

O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação

Prof. Doutor Marlino Eugénio Mubai
(Professor Auxiliar)





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PROVÍNCIA DE MAPUTO

GOVERNO DO DISTRITO DE BOANE

SECRETARIA DISTRITAL

Exma Senhora
Riana Da Lúvia Massango

Nota nº 203/GDB/SD/SC/006/2025

Boane, aos 31 de Março de 2025

Assunto: Pedido de Autorização para recolha de dados

Em primeiro lugar, queira V.Excia aceitar os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Acuamos a recepção da carta redigida pela sra. Riana Da Lúvia Masango, estudante, frequentando o curso de Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, na qual submete uma credencial, solicitando autorização para recolha de dados, para elaboração do trabalho de fim de curso cujo o tema é: Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique - Estudo Um Estudo sobre Dinâmicas Internas e Desafios na Implementação do PEDD no Distrito de Boane.

Neste contexto, temos a comunicar o despacho, exarado pela Excelentíssima Senhora Administradora Distrital, com o seguinte teor:

Autorizo,

Assinatura ilegível

Guilhermina Gaspar Kumaghwelo

O Secretário Permanente Distrital

António Francisco Cossa
(Instrutor e Técnico Pedagógico N1)

Mmt/2025

Governo do Distrito de Boane Estrada Nacional n.º 2 Caixa postal n.º 26 Telef: n.º 878453335